

TRADUÇÃO

Introdução ao Projeto de um Sistema da Filosofia da Natureza ou Sobre o Conceito da Física Especulativa e a Organização interna de um Sistema desta Ciência 1799

Friedrich W. J. Schelling

Tradução:
Kleber Carneiro Amora ***

[I, 3, 271]

§ 1

O que denominamos Filosofia da Natureza é uma ciência necessária no sistema do saber

A inteligência é produtiva de duas formas: ou cega e inconsciente ou livre e consciente; produtiva inconscientemente na intuição do mundo, consciente na criação de um mundo ideal.

A filosofia supera esta oposição porque ela admite a atividade inconsciente como originariamente idêntica à atividade consciente e, por assim dizer, brotadas da mesma fonte; esta identidade é demonstrada por ela *de modo imediato* em uma atividade decisiva que é consciente e inconsciente ao mesmo tempo e que se externa nas produções do *gênio* e, *de modo*

* Professor Associado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Ceará, UFC. *E-mail:* kleberamora@yahoo.com.br

** Tradução do original alemão: Schelling, F. W. J. “Einleitung zu dem Entwurf eines Systems der Naturphilosophie oder über den Begriff der speculativen Physik und die innere Organisation eines Systems dieser Wissenschaft”. In: Schelling, K. F. A. (Org.). *Sämmtliche Werke*. 14 Bdn. 1 Abt. I-X; 2 Abt. I-IV, Stuttgart/Augsburg: Cotta, 1856-1861. (Observação: cada página traduzida vem precedida dos dados da página original. Por exemplo: I, 3, 271 eles significam respectivamente volume, livro e página).

mediato, fora da consciência nos produtos *naturais*, na medida em que em todos eles é percebida a fusão perfeita do ideal com o real.

Visto que a filosofia identifica a atividade inconsciente (ou, como ela também pode ser denominada, atividade real) com a consciente ou ideal, então originariamente a sua tendência levará o real a ter por toda parte o seu fundamento no ideal, com o que surge o que se denomina filosofia transcendental. A regularidade em todos os movimentos da natureza, a sublime geometria, por exemplo, que é aplicada aos movimentos dos corpos celestes, não é explicada pelo fato de que a natureza é a geometria mais perfeita, mas, ao contrário, [I, 3, 272] pelo fato de que a mais perfeita geometria é a produtora da natureza, explicação esta que transpõe o próprio real para o mundo ideal e aqueles movimentos são transformados em intuições que se dão apenas em nós mesmos, sem corresponder a nada de exterior. Ou que a natureza ali onde ela está totalmente entregue a si mesma e onde em cada transição do líquido para o estado sólido produz espontaneamente, por assim dizer, formas regulares, cuja regularidade parece se transformar em cristalizações de tipo mais elevado (orgânicas), até mesmo em teleologia, ou que nós, no reino animal, igualamos este produto de forças naturais cegas a ações que acontecem de modo regular e consciente, ou até mesmo vemos surgir obras de arte externas e acabadas em seu gênero – tudo isto se explica a partir da ideia de que há uma produtividade inconsciente que, porém, mantém afinidade originária com a consciente, cujo mero reflexo nós testemunhamos na natureza e que, segundo o ponto de vista natural, tem de aparecer como o mesmo impulso cego, o qual é atuante somente em níveis diferentes desde as cristalizações até acima, ou seja, até o ápice das formações orgânicas (onde ele, por um lado, novamente retorna às simples cristalizações através do impulso artístico).

De acordo com esta perspectiva em que a natureza é apenas o organismo visível de nosso entendimento, ela só *pode* produzir o regular e o teleológico e ela é *forçada* a produzi-los. Porém, se a natureza *pode* produzir apenas o regular e ela o produz com necessidade, então, segue-se que, na natureza pensada também como independente e real e na relação de suas forças, é preciso, por sua vez, demonstrar a origem de tais produtos regulares e teleológicos como necessários, *que, portanto, o ideal tem de ser, em contrapartida, explicado também como brotando do real.*

Sendo, então, tarefa da filosofia transcendental subordinar o real ao ideal, é, por outro lado, tarefa da filosofia da natureza explicar o ideal a partir do real; ambas as ciências são, portanto, uma única que se diferencia apenas nas direções opostas de suas tarefas; visto que, além disto, [I, 3, 273] ambas as direções não são apenas possivelmente, mas necessariamente iguais, cabe, assim, a ambas a mesma necessidade no sistema do saber.

§ 2

Caráter científico da Filosofia da Natureza

A filosofia da natureza, enquanto o oposto da filosofia transcendental, está divorciada desta última fundamentalmente por que ela funda a natureza (na verdade não na medida em que ela é produto, mas na medida em que é, ao mesmo tempo, produtiva e produto) em sua autonomia; por isto ela pode ser caracterizada, em resumo, como o *spinozismo da Física*. Disso se conclui que não há lugar nesta ciência para nenhum tipo de explicação idealista semelhante à que a filosofia transcendental bem pode fornecer, visto que, para esta filosofia, a natureza nada mais é que órgão da autoconsciência e tudo é, nesta natureza, necessário apenas pelo fato de que, somente através dela, a autoconsciência pode ser mediada e cujo tipo de explicação, porém, para a Física e para a nossa ciência que, com ela, está assentada sobre o mesmo ponto de vista, é tão destituída de sentido quanto as antigas explicações teleológicas e a introdução de uma finalidade universal das causas na ciência da natureza assim deformada. Pois todo tipo de explicação idealista transposto de seu próprio domínio para o da explicação da natureza degenera em sandice aventureira da qual são conhecidos exemplos. A primeira máxima de toda ciência da natureza verdadeira, a saber, de esclarecer tudo também a partir de forças naturais é, nesse sentido, aceita por nossa ciência em sua máxima extensão, incluindo mesmo aquele domínio em que normalmente cessa todo tipo de explicação, por exemplo, aqueles fenômenos orgânicos que parecem pressupor algo de *análogo* com a razão. Pois se nas ações dos animais há efetivamente algo que pressupõe tal *analogia* com a razão, então nada mais se concluiria daí, caso se tome o realismo como princípio, que também aquilo que nós chamamos razão é um simples [I, 3, 274] jogo de forças naturais mais elevadas e necessariamente desconhecidas para nós.

Pois, visto que todo pensar se reduz, em última instância, a um produzir e um reproduzir, não é, assim, impossível pensar que a mesma atividade através da qual a natureza se reproduz em cada momento seria reprodutiva no pensamento apenas por intermédio do elo mediador do organismo (aproximadamente da mesma forma como, através da ação e do jogo da luz, a natureza existente independentemente dele se torna *imaterial* e, por assim dizer, é produzida por uma segunda vez), em que é natural que aquilo que constitui o limite de nossa faculdade de intuição não pode também mais cair na esfera de nossa própria intuição.

§ 3

A Filosofia da Natureza é Física especulativa

Nossa ciência é, pelo dito até agora, completamente realista; ela é, portanto, nada mais que Física, apenas Física *especulativa*; de acordo com a tendência, é absolutamente a mesma que os sistemas dos físicos antigos e, nos novos tempos, o sistema da restauração da filosofia epicurista, a Física mecânica de *le Sage*, através da qual, após longo sono científico, despertou primeira e novamente o espírito especulativo na Física. Não se pode demonstrar aqui de modo pormenorizado (pois a prova para isto pertence a nossa ciência) que não há de se realizar a ideia de uma Física especulativa seguindo a via mecanicista ou atomista tomado por *le Sage* e seus antecessores bem-sucedidos. Pois dado que o primeiro problema desta ciência, ou seja, investigar a causa *absoluta* do movimento (sem o qual a natureza não é vista como totalizante e encerrada em si) não é de se solucionar de modo absolutamente mecânico, já que o movimento que prossegue ao infinito mecanicamente surge apenas do movimento, permanece, assim, para a fundação efetiva de uma Física especulativa, apenas um caminho aberto, a saber, o dinâmico, com a condição de que o movimento brotaria não apenas do movimento, mas mesmo do repouso; de que, portanto, haveria também movimento no repouso da natureza [I, 3, 275] e de que todo movimento mecânico seria simplesmente secundário e deduzido daquele único, primitivo e originário que nasce já dos primeiros fatores da construção de uma natureza em geral (das forças primordiais).

Enquanto tornamos claro de como nosso empreendimento se diferencia de todos semelhantes empreendidos até hoje, indicamos já, ao

mesmo tempo, a diferença entre a Física especulativa e aquela denominada empírica; diferença esta que se reduz fundamentalmente ao seguinte, que aquela se ocupa pura e simplesmente com as causas originárias do movimento na natureza, portanto, somente com os fenômenos dinâmicos; a última, pelo contrário, dado que ela jamais alcança na natureza uma última fonte do movimento, lida apenas com os movimentos secundários e mesmo com os originários somente enquanto mecânicos (portanto, também aptos à construção matemática); ou seja, aquela se direciona absolutamente para o *mecanismo de propulsão interna* e o que *não é objetivo* na natureza; a última, ao contrário, se direciona apenas para a *superfície* da natureza, ou seja, para o que nela é *objetivo* e, por assim dizer, a *dimensão externa*.

§ 4

Sobre a possibilidade de uma Física especulativa

Dado que nossa investigação não se dirige propriamente apenas para os fenômenos da natureza, mas também para seus fundamentos últimos e nossa preocupação não é apenas derivar estes últimos daqueles fenômenos, mas também estes dos fundamentos, então, nossa tarefa é tão somente fornecer uma *ciência da natureza* no sentido rigoroso da palavra; e para descobrir se uma Física especulativa seria possível temos de saber o que pertenceria à possibilidade de uma doutrina da natureza enquanto ciência.

a) O conceito do saber é tomado aqui em seu significado mais rigoroso e, assim, é fácil, pois, de reconhecer que se pode realmente *saber* neste sentido da palavra apenas sobre objetos dos quais se examina os princípios de sua possibilidade, pois, sem este exame, o meu conhecimento integral do objeto, por exemplo, de uma máquina [I, 3, 276] cuja construção me é desconhecida, é uma simples observação, ou seja, um simples estar convencido de sua existência; o criador desta máquina, pelo contrário, tem dela o saber mais perfeito porque ele é, por assim dizer, a alma desta obra e porque ela preexistiu em sua cabeça antes dele torná-la real.

Logo, visar à construção interna da natureza seria certamente impossível caso não fosse possível intervir nela por um ato de liberdade. A natureza age, na verdade, totalmente livre, porém, jamais isolada, mas sob a afluência de um grande número de causas, as quais têm de ser suprimidas

para se obter um resultado puro. A natureza tem, portanto, de ser coagida a agir sob determinadas condições, as quais existem nela habitualmente ou inalteradas ou modificadas por outras. Tal intervenção na natureza significa experimento. Cada experimento é uma pergunta à natureza a qual ela é forçada a responder. Porém, cada pergunta contém um julgamento *a priori* oculto; experimento que é experimento é previsão; o próprio experimentar é um produzir dos fenômenos. O primeiro passo para a ciência acontece, portanto, na Física, quando se começa a produzir no mínimo os objetos desta ciência.

b) Nós *conhecemos* apenas o produzido por nós mesmos; o saber no sentido *mais rigoroso* da palavra é, portanto, um saber *puro a priori*. A construção mediante a experiência não é ainda um autoproduzir *absoluto* dos fenômenos. Não se trata de afirmar que muita coisa na ciência da natureza pode ser conhecida *a priori* de modo comparativo, como, por exemplo, na teoria dos fenômenos elétricos e magnéticos ou também da luz, em que uma lei tão simples em todo fenômeno é recorrente, a saber, de que o êxito de cada tentativa pode ser percebido antecipadamente; meu saber resulta aqui imediatamente de uma lei conhecida, sem mediação de uma experiência particular. Porém, de onde me vem a lei mesma? É preciso assumir aqui o pressuposto de que todos os fenômenos se conectam em uma única lei absoluta e *necessária*, da qual todos eles podem ser deduzidos, resumindo, como se [I, 3, 277] tudo que se conhece na ciência da natureza fosse absolutamente *a priori*. Que o experimento, pois, jamais conduziria a tal saber, fica claro pelo fato de que ele nunca pode ultrapassar as forças da natureza, das quais ele se serve como meio.

Visto que as *causas* últimas dos fenômenos naturais não aparecem mais enquanto tais, tem-se, assim, ou de renunciar a compreendê-las ou pô-las simplesmente na natureza, ou seja, introduzi-las na natureza. Ora, o que nós inserimos na natureza tem, porém, valor apenas de uma suposição (hipótese) e a ciência nela fundada tem igualmente de ser hipotética, como o próprio princípio. Isto poderia ser evitado apenas em um caso, a saber, se aquela própria suposição fosse não arbitrária e igualmente necessária como a própria natureza. Admitido, por exemplo, o que tem de ser admitido, a saber, de que a síntese dos fenômenos não é um simples mundo, mas necessariamente uma natureza, ou seja, de que esta totalidade não é simplesmente produto, mas, ao mesmo tempo, produtiva, segue-se, assim,

que jamais se pode alcançar, nesta totalidade, uma identidade absoluta, porque esta identidade levaria a um transitar absoluto da natureza enquanto produtiva para a natureza enquanto produto, ou seja, para um repouso absoluto; aquele pairar da natureza entre produtividade e produto terá de aparecer, portanto, como uma duplicidade universal dos princípios (através dos quais a natureza, conservada e coibida em sua atividade constante se esgotará em seu produto), dualidade geral que, enquanto princípio de toda explicação natural, é, porém, tão necessária quanto o conceito da própria natureza.

Esta condição absoluta tem de trazer sua necessidade em si mesma, porém, ela tem, além disto, ainda de passar por uma prova empírica, pois, caso *todos os fenômenos naturais não permitam ser derivados desta condição e se na conexão total da natureza há um único que, de acordo com aquele princípio, não seja necessário, ou até o contradiga, então a condição é precisamente, por isto, já declarada falsa* e deixa, a partir deste momento, de valer como princípio.

[I, 3, 278] Através desta dedução de todos os fenômenos naturais, precisamente de uma condição absoluta, o nosso saber se converte em uma construção da própria natureza, ou seja, em uma ciência da natureza *a priori*. Portanto, se aquela dedução mesma é possível (o que só pode ser demonstrado através da própria ação), então é também possível uma doutrina da natureza enquanto ciência da natureza, ou seja, uma Física pura e especulativa, que era o que se visava a demonstrar.

Observação. Esta observação não seria necessária caso a confusão sempre ainda dominante em relação a conceitos claros não tornasse necessário alguma explicação sobre este ponto.

A proposição: a ciência da natureza teria de poder deduzir todas as suas proposições de modo *a priori*, é, em parte, compreendido da seguinte forma: a ciência da natureza teria de dispensar a experiência inteiramente e poder, sem qualquer mediação da mesma, tecer todas as sentenças a partir de si mesma; proposição esta tão absurda que mesmo objeções contrárias merecem compaixão. *Nós não conhecemos apenas isto ou aquilo, mas só conhecemos originariamente através da experiência e por meio da experiência* e o nosso saber se compõe, neste aspecto, a partir de proposições tiradas da experiência. Estas proposições só se tornam proposições *a priori* caso se torne consciente delas como mais necessárias e, deste modo, pode cada

proposição (com seu conteúdo, seja ele qual for), ser elevada àquela dignidade, já que a diferença entre proposições *a priori* e proposições *a posteriori* não é, como muitos podem imaginar, uma diferença originariamente aderida às próprias proposições, mas uma diferença que, *visando* simplesmente ao *nosso saber* e ao *gênero* de nosso saber, é produzido por estas proposições, de tal forma que toda proposição com validade apenas histórica para mim, portanto, uma proposição da experiência, torne-se uma proposição *a priori* tão logo eu compreenda sua necessidade interna, seja de modo imediato, seja de modo mediato. Então tem de ser de um modo geral possível reconhecer cada fenômeno natural originário como simplesmente necessário; pois, se não há de forma alguma acaso na natureza, então nenhum fenômeno originário seu pode ser também casual, isto antes de tudo pelo seguinte: já que ela é um sistema, este tem de fornecer, para tudo que nela acontece ou se realiza, [I, 3, 279] uma conexão necessária em algum princípio que a mantém unida inteiramente. A compreensão da necessidade interna de todos os fenômenos da natureza se torna certamente melhor tão logo se reflita que não há nenhum sistema verdadeiro que não seja ao mesmo tempo uma totalidade orgânica. Pois, se em cada sistema orgânico tudo se apoia e se sustenta de modo recíproco, então esta organização teria, enquanto totalidade, de preexistir a suas partes, o todo não poderia brotar das partes, mas as partes teriam de brotar do todo. Portanto, nós *não* conhecemos *a natureza*, mas *a natureza* existe de modo *a priori*, ou seja, todo particular nela está previamente determinado pelo todo ou pela ideia de uma natureza em geral. Porém, se a natureza *existe* de modo *a priori*, então tem também de ser possível *reconhecê-la* como algo que existe de modo *a priori* e isto é verdadeiramente o sentido de nossa afirmação.

Tal ciência, como todas as outras, não comporta o hipotético nem o simples provável, mas visa ao evidente e ao certo. Queremos, na verdade, estar certos agora de que cada fenômeno da natureza se conecta com as últimas condições da natureza, mesmo que também ainda através de inúmeros elos intermediários; porém, estes próprios elos intermediários podem nos ser desconhecidos e residirem ocultos nas profundezas da natureza. Descobrir estes elos intermediários é o trabalho da pesquisa experimental. A Física especulativa tem como objetivo central fazer apontar

a falta destes elos;¹ porém, dado que cada nova descoberta nos lança para trás em uma nova ignorância, ou seja, enquanto um nó é desatado um novo já se põe, então é compreensível que a descoberta integral de todos os elos intermediários na conexão da natureza e, portanto, também nossa própria ciência, é uma tarefa infinita. Nada, porém, tem mais retido o progresso ao infinito desta ciência que a arbitrariedade das imaginações, com as quais [I, 3, 280] há muito a falta em julgamentos fundamentados deveria ficar oculta. Este aspecto fragmentário de nosso saber só se torna, então, evidente, caso se separe o simplesmente hipotético do resultado puro da ciência e se reúna novamente aqueles fragmentos da totalidade da natureza em um sistema. Por isso, é compreensível que a Física *especulativa* (a alma do experimento verdadeiro) foi desde sempre a mãe de todas grandes descobertas na natureza.

§ 5

Sobre um sistema da Física especulativa em geral

Até agora foi deduzida e desenvolvida a ideia de uma Física especulativa; outro empreendimento é mostrar como esta ideia teria de ser realizada e efetivamente implementada.

O autor se reportaria diretamente ao Projeto de um sistema da filosofia da natureza, caso ele não tivesse motivo para prever que, mesmo muitos daqueles que podem ter este projeto digno de sua atenção, chegarão antecipadamente com certas ideias a algo que ele justamente não pressupôs e nem deseja tomar como pressuposto.

O que pode dificultar a compreensão deste projeto é (fora as deficiências da exposição) fundamentalmente o seguinte:

1) Que muitas pessoas esperam encontrar (talvez guiadas pela expressão “filosofia da natureza”) deduções transcendentais de fenômenos naturais semelhantes às que existam alhures em diversos fragmentos e, aliás, verão a filosofia da natureza como uma parte da filosofia transcendental,

¹ Tornar-se-á, por exemplo, bastante claro durante o transcurso inteiro de nossa investigação que, para tornar evidente a organização dinâmica do universo em todas suas partes, ainda nos falta aquele *fenômeno central* de que fala *Bacon* e que seguramente reside na natureza, mas que ainda não foi obtido dela via experimento (Observação do original. Cf. p. 320, Observação).

dados que ela efetivamente forma uma ciência totalmente própria, independente e diferente de todas as outras.

2) Que os conceitos até hoje propagados da Física dinâmica são muito diferentes daqueles que o autor formula e estão, em parte, em contradição com eles. Eu não falo dos tipos de representação elaborados sobre isto por muitos cuja ocupação é verdadeiramente o simples experimento; por exemplo, quando este deve ser esclarecido de modo dinâmico [I, 3, 281] e se exige fazer uso da ideia de um fluido galvânico, mas que, em vez disso, aceitam-se certas vibrações nos metais como explicação; pois estas pessoas, quando elas percebem que não entendem nada do assunto, retomam espontaneamente suas antigas representações, as quais foram elaboradas para elas. Eu falo de tipos de representação que foram trazidas para as cabeças filosóficas via Kant e que se reduzem fundamentalmente ao seguinte, a saber, que nós distinguimos na matéria nada mais que preenchimento do espaço com determinado grau em todas as suas diferenças, portanto, também simples diferença de preenchimento do espaço (ou seja, de densidade) em todas as modificações dinâmicas (qualitativas), ou seja, também simples modificações na relação entre forças repulsivas e atrativas. Apenas de acordo com este tipo de representação serão distinguidos todos os fenômenos da natureza no seu nível mais profundo, e a Física dinâmica destes filósofos começa justamente ali, onde ela deveria realmente terminar. Assim, é de fato certo que o último resultado de cada processo dinâmico é um grau modificado do preenchimento do espaço, ou seja, é uma densidade modificada; dado, então, que o processo básico da natureza é único e os processos dinâmicos singulares apenas decomposições diversas do processo básico único, então os próprios fenômenos elétricos e magnéticos são vistos, a partir desta posição, não como efeitos de determinadas matérias, mas modificações da *existência da própria matéria*; e posto que esta existência depende da ação recíproca das forças fundamentais, ela é, por fim, resultado das modificações nas relações entre aquelas próprias forças. Nós não negamos, pois, de forma alguma, que estes fenômenos sejam modificações produzidas na relação entre as proposições fundamentais no nível mais externo de sua manifestação; nós negamos apenas que estas modificações sejam *só isto*; nós estamos antes de tudo convencidos de que este princípio denominado dinâmico tomado como fundamento explicativo de todos os fenômenos naturais é por demais

superficial e insuficiente para alcançar a profundidade verdadeira e a diversidade de tais fenômenos, já que, em virtude do mesmo, não é possível, na verdade, construir uma modificação qualitativa da matéria *enquanto* tal (pois a modificação da densidade é apenas o fenômeno externo de uma modificação mais elevada). A prova para esta afirmação não está ao nosso alcance se antes [I, 3, 282] aquele principio explicativo não justificar a natureza completa pelos dois lados opostos e mediante a ação mesma, e o grande abismo entre aquela espécie de filosofia dinâmica e os conhecimentos empíricos da Física (por exemplo, em relação às diversas espécies de ação das matérias-primas) não for preenchido, o que nós, porém, para falar diretamente, temos como impossível.

Pode nos ser, portanto, permitido pôr, sem mais, no lugar do tipo de representação dinâmica habitual, o nosso, com o qual se torna, sem dúvida, claro por si mesmo de que modo esta se diferenciaria daquela e através de qual a doutrina da natureza poderia ser alçada de modo mais seguro à condição de ciência da natureza.

§ 6

Organização interna do sistema da Física especulativa

I

À investigação do *princípio* da Física especulativa tem de preceder investigações sobre a diferença entre o especulativo e o empírico em geral. O importante, neste caso, é, acima de tudo, a convicção de que entre experiência sensível e teoria há uma tão grande oposição que não pode ser fornecido um terceiro elemento em torno do qual ambas possam ser unificadas; que, portanto, o conceito de uma *ciência experimental* é um conceito híbrido com o qual não se permite pensar nada de coeso ou, antes, dele não se pode pensar nada. Experiência sensível pura não é ciência e, inversamente, ciência não é experiência sensível. Isto não deve ser dito para desvalorizar a experiência sensível, mas para apresentá-la em sua luz própria e verdadeira. Experiência sensível pura, seja qual for o seu objeto, é história (o oposto absoluto da teoria) e, inversamente, somente história é experiência sensível².

2 Apenas aqueles ardorosos exaltadores da experiência sensível que eles, fiéis a tal conceito, enaltecem às custas da ciência, não quiseram passar por experiência sensível [p. 283] seus

[I, 3, 283] A Física como experiência sensível é tão somente uma coleção de fatos, de relatos do observador sobre o acontecido em circunstâncias naturais ou produzidas. Nisto que agora se chama Física andam juntas experiência sensível e ciência de modo desordenado e, justamente por isto, ela não é nem uma nem outra.

Nosso objetivo em relação a este objeto é precisamente separar ciência de experiência sensível tal como se separa alma de corpo e, enquanto nós não acolhemos nada na ciência que não seja apto para uma construção *a priori*, despir de toda teoria a experiência sensível e restituir sua nudez originária.

A oposição entre experiência sensível e ciência se baseia, pois, justamente no fato de que a primeira considera seu objeto como *ser*, como algo já pronto e realizado; a ciência, pelo contrário, considera o objeto em *devir* e como somente a ser realizado. Posto que a ciência não pode partir de nada como produto, ou seja, como coisa, ela tem, então, de partir do incondicionado; a primeira investigação da Física especulativa é sobre o incondicionado da ciência da natureza.

II

Posto que esta investigação é realizada no Projeto a partir dos princípios supremos, então o seguinte pode ser visto apenas como esclarecimento de tal investigação.

Dado que tudo do qual se pode dizer que *existe* é de natureza determinada, então apenas o *próprio ser* pode ser o incondicionado. Porém, dado que o ser particular enquanto condicionado permite ser pensado apenas como limitação determinada da atividade produtiva (do único e último substrato de toda realidade), então o *próprio ser* é a mesma atividade produtiva *pensada em sua ausência de limite*. Para a ciência da natureza, a natureza é, portanto, originariamente, apenas produtividade e a ciência tem de partir dela como de seu princípio.

[I, 3, 284] Na medida em que conhecemos a totalidade dos objetos apenas como a síntese do ser, esta totalidade existe para nós como um

próprios julgamentos, bem como aquilo que se encerra no interior da natureza e que penetra os objetos; pois, acreditar poder falar bastante sobre isto, inclui, de fato, algo mais do que muitos imaginam, a saber, ver o que acontece a partir da natureza de modo puro e traduzi-lo fielmente tal como se viu.

simples *mundo*, ou seja, um simples produto. Seria certamente impossível elevar-se, na ciência da natureza, a um conceito mais alto que é o de ser, caso toda permanência (o que é pensado no conceito de ser) não fosse ilusória, mas, na realidade, um renascer contínuo e regular.

Uma vez que tomamos a totalidade dos objetos não simplesmente como produto, mas necessariamente ao mesmo tempo como produtiva, ela se eleva para nós à condição de *natureza* e esta *identidade do produto e da produtividade* e não outra coisa é ela própria caracterizada na linguagem comum pelo conceito de natureza.

A *natureza* enquanto simples *produto* (*natura naturata*) denominamos natureza enquanto *objeto* (*para este se volta toda experiência sensível*). A natureza enquanto produtividade (*natura naturans*) denominamos *natureza enquanto sujeito* (*para este se volta toda teoria*).

Visto que o objeto jamais é incondicionado, então deve ser posto algo pura e simplesmente não-objetivo na natureza; este pura e simplesmente não-objetivo é precisamente aquela produtividade originária da natureza. O ponto de vista comum defende que a produtividade desaparece no produto; o filosófico, inversamente, que o produto desaparece na produtividade.

Aquela identidade da produtividade e do produto no conceito *originário* da natureza é expressa através do ponto de vista costumeiro sobre a mesma como uma totalidade que, por si mesma, é causa e, ao mesmo tempo, efeito e que, em sua duplicidade (a qual atravessa todos os fenômenos) é novamente idêntica. Além disto, concorda com este conceito a identidade do ideal e do real que é pensada no conceito de cada produto da natureza e em relação à qual apenas a natureza da arte pode ser oposta. Pois, se o conceito da ação precede, na arte, à realização, então, conceito e ação são, na natureza, antes de tudo, simultâneos e idênticos; o conceito transita imediatamente para o produto e não se deixa separar dele.

[I, 3, 285] Esta identidade é superada pelo ponto de vista empírico que vê na natureza apenas o *efeito* (ainda que, em virtude da constante digressão da experiência sensível no terreno da própria ciência, fazem parte da Física simplesmente empírica máximas que pressupõem um conceito de natureza enquanto sujeito, como, por exemplo, a natureza escolhe o caminho mais curto ou a natureza é econômica nas causas e esbanjadora nos

efeitos); o mesmo (o efeito) é superado pela especulação que visa, na natureza, apenas à *causa*.

III

Somente da natureza enquanto objeto se pode dizer que ela *existe* não da natureza enquanto sujeito, pois esta última é o ser ou a própria produtividade.

Esta produtividade absoluta deve transitar para uma natureza empírica. No conceito de produtividade absoluta é pensado o conceito de uma infinitude *ideal*. Esta infinitude ideal deve se transformar em uma infinitude empírica.

Porém, infinitude empírica é um devir infinito. Cada série infinita não é nada mais que a exposição de uma infinitude intelectual ou ideal. A série infinita e originária (o ideal de toda série infinita) é aquela na qual nossa infinitude intelectual se desenvolve, o tempo. A atividade que mantém esta série é a mesma que mantém nossa consciência; a consciência, porém, é permanente. O tempo, portanto, enquanto evolução daquela atividade, não pode ser gerado via composição. Pois, dado que todas as outras séries infinitas são apenas cópias (*Nachahmungen*) da série infinita e originária, do tempo, então nenhuma série infinita pode ter outra qualidade que a permanência. O retardador na evolução originária (sem o qual esta evolução teria de acontecer com velocidade infinita) não é outra coisa que a *reflexão originária*; a necessidade da reflexão em nosso agir, em cada momento (a duplicidade constante na identidade), é o artifício secreto através do qual nossa existência preserva a *duração*. A continuidade absoluta existe, portanto, apenas para a intuição, não, porém, para a [I, 3, 286] *reflexão*. Intuição e reflexão são opostas entre si. A série infinita é permanente para a *intuição* produtiva, interrompida e composta para a reflexão. Nesta *contradição* entre intuição e reflexão, repousam aqueles sofismas com os quais a possibilidade de todo movimento é contestada e que são dissolvidos através da intuição produtiva em cada momento. Por exemplo, a ação da gravidade acontece, para a intuição, com perfeita continuidade, mas para a reflexão por intervalos. Por isso, todas as leis da Mecânica (através da qual aquilo que é verdadeiramente objeto apenas da intuição produtiva se torna objeto da reflexão) são, na realidade, apenas leis da reflexão. Daí os conceitos idealizados da Mecânica; os átomos de tempo,

nos quais age a força de gravidade; a lei segundo a qual o momento da solicitação é infinitamente pequeno, porque, do contrário, seria produzida uma velocidade infinita em um tempo finito etc. Por isso, enfim, que nenhuma série infinita na Matemática pode ser pensada efetivamente como permanente, mas apenas como avançando por intervalos.

Esta completa investigação sobre a oposição entre a reflexão e a produtividade da intuição serve apenas para deduzir daí a proposição universal de que em *toda produtividade* e, somente nela, haveria absoluta *continuidade*, proposição esta importante para a consideração da natureza inteira; nesse sentido, por exemplo, a lei de que não ocorre nenhum salto na natureza, de que há nela uma continuidade das formas etc., está limitada à produtividade originária da natureza, na qual, certamente, tem de existir continuidade, enquanto que, no ponto de vista da reflexão, tudo tem de se manifestar separado e *sem* continuidade na natureza, posto, por assim dizer, um ao lado do outro; por isso nós temos de, em consonância com a diversidade dos pontos de vista sob os quais ambos aqui se encontram, dar razão tanto àqueles que afirmam a continuidade na natureza, como, por exemplo, na natureza orgânica, como àqueles que a negam, com o que, então, a oposição entre Física dinâmica e Física atomista é deduzida, consistindo a diferença, como se mostrará, apenas no fato de que a primeira se põe sob o ponto de vista da *intuição* e a última da *reflexão*.

[I, 3, 287] Pressupostos estes princípios gerais, podemos alcançar o nosso objetivo de um modo mais seguro e expor o organismo interno de nosso sistema.

a) No conceito de devir é pensado o conceito de sucessividade. Porém, uma absoluta produtividade se apresentará empiricamente como um devir com velocidade infinita, com o que nada de real surge para a intuição.

(Posto que a natureza tem de ser pensada como em infinita produtividade, na verdade, como em infinita evolução, então a existência, o repouso dos produtos da natureza (da orgânica, por exemplo), é de se representar não como um repouso absoluto, mas apenas como uma evolução com velocidade infinitamente pequena ou com infinita lentidão. Porém, até o momento não foi construído nem a evolução com velocidade finita, nem muito menos com velocidade infinitamente pequena).

b) Que a evolução da natureza aconteceria com velocidade finita e assim se tornaria objeto da intuição, não é pensável sem um estar-retido originário da produtividade.

c) Porém, se a natureza é produtividade absoluta, então o fundamento deste estar-retido não pode residir *fora* dela. A natureza é originariamente *apenas* produtividade, logo, nada nesta produtividade pode ser determinado (pois toda determinação é negação), portanto, não pode, através dela, transformar-se em produtos. Porém, se isto deve ocorrer, então, a produtividade tem de passar da condição de indeterminada para a de determinada, ou seja, ela tem de ser superada *enquanto pura* produtividade. Residissem, assim, o fundamento da determinação da produtividade fora da natureza, então ela não seria originariamente produtividade absoluta. Entretanto, deve haver determinidade, ou seja, negatividade, na natureza, porém, esta negatividade, vista de uma perspectiva mais ampla, tem de ser novamente positividade.

d) Porém, se o fundamento daquele estar-retido está *na própria natureza*, então ela deixa de ser *identidade* pura. A natureza, na medida em que é *apenas* produtividade, é pura identidade e [I, 3, 288] nela nada se deixa absolutamente diferenciar. Se algo deve ser nela diferenciado, então a identidade tem de ser superada nela; a natureza tem de ser não identidade, mas duplicidade.

A natureza tem originariamente de se tornar objeto para si mesma; esta metamorfose do *sujeito puro* em um *objeto próprio* é impensável sem uma separação originária na própria natureza.

Esta duplicidade não permite ser deduzida ulteriormente de modo físico, pois, enquanto condição de toda natureza em geral, é princípio de toda explicação física; e toda explicação física se baseia no fato de que todas as oposições que surgem na natureza têm sua razão de ser naquela oposição originária no interior da natureza, *a qual, propriamente, não mais aparece*. Porque não existe nenhum fenômeno originário da natureza sem aquela dualidade, se não porque, na natureza, tudo é reciprocamente sujeito e objeto até o infinito e ela tomada originariamente é simultaneamente produto e produtiva?

e) Se a natureza é duplicidade originária, então têm de residir já tendências opostas em sua produtividade originária. (À tendência positiva tem de ser contraposta outra, a qual é, por assim dizer, antiprodutiva,

retardadora da produção; não como aquela que nega, mas como a tendência negativa que é real e oposta à primeira). Somente então não há passividade na natureza do ser-limitado, posto que o limitante é também, por sua vez, positivo e sua duplicidade originária um conflito entre tendências opostas e reais.

f) Para que o produto se constitua, estas tendências opostas têm de coincidir; porém, dado que são postas como *iguais* (pois não há nenhum motivo para estabelecê-las como desiguais), então, ali onde se encontram se destruirão mutuamente e o produto é, portanto, igual a zero e de novo não se constitui.

Esta contradição inevitável, embora até o momento de fato não muito observada (a saber, que o produto só pode surgir da concorrência entre tendências opostas, porém, estas tendências opostas se destruindo mutuamente) é passível de solução apenas da seguinte maneira:

Nenhuma *existência* de um produto é absolutamente pensável *sem* [I, 3, 289] *um constante ser-reproduzido*. O produto tem de ser pensado *como destruído e novamente reproduzido a cada momento*. Nós não vemos efetivamente a existência do produto, mas somente o constante ser-reproduzido.

(É, sem dúvida, perfeitamente compreensível que a série $1-1+1...$ pensada como *infinita* não é nem $= 1$, nem $= 0$. Porém, o motivo porque esta série pensada como infinita é $= \frac{1}{2}$ é mais profundo. Existe uma única grandeza absoluta ($= 1$) que, nesta série, sempre destrói, sempre retorna e através deste retornar produz, não a si mesma, mas sim o intermediário entre si mesma e o nada. A natureza tomada como objeto é o que está sendo realizado em uma tal série infinita e igual a uma ruptura da unidade originária, para a qual a duplicidade jamais superada fornece o numerador).

g) Se a existência do produto é um constante ser-reproduzido, então toda *permanência* também se dá na natureza apenas como *objeto*; na natureza enquanto *sujeito* há apenas *atividade* infinita.

O produto é originariamente nada mais que um simples ponto, simples limite; somente quando a natureza luta contra este ponto ele se transforma em uma esfera preenchida, é elevado, por assim dizer, à condição de produto. (Poder-se-ia imaginar um rio simbolizando a *identidade pura* em que ele, ao se deparar com uma resistência, possibilita a formação de um redemoinho, o qual não é algo fixo, mas que se dissipa e ressurge a cada

momento. Originariamente, nada pode ser diferenciado na natureza; todos os produtos se encontram, por assim dizer, dissolvidos e invisíveis na produtividade geral. Somente quando os pontos de retardamento são dados, eles são gradativamente depositados e emergem da identidade universal. Em cada um destes pontos a corrente é rompida (a produtividade é destruída), mas, a cada momento, vem uma nova vaga que preenche a esfera.

A filosofia da natureza não visa explicar o produtivo da natureza, pois se ela não assume este produtivo originário na mesma, então ela jamais o incorporará à natureza. Para explicar, ela conta com o permanente. Porém, *que* algo se tornasse permanente na natureza só é propriamente [I, 3, 290] explicável a partir daquela luta da natureza *contra toda permanência*. Os produtos apareceriam como simples pontos, caso a natureza não lhe fornecesse, graças a seu próprio ímpeto, sua extensão e profundidade; eles durariam apenas um momento caso ela não afluísse a cada instante na sua direção.

h) Aquele produto aparente que é reproduzido a cada momento não pode ser um produto infinito efetivo, pois, do contrário, a produtividade se esgotaria efetivamente nele; não obstante, ele não pode ser também um produto finito, pois é a força da natureza inteira que aí se difunde. Ele teria, portanto, de ser finito e infinito ao mesmo tempo; finito apenas na aparência, porém, infinito no desenvolvimento.

O ponto onde este produto originariamente recai é o ponto retardador geral da natureza, o ponto a partir do qual se inicia toda evolução da natureza. Porém, este ponto está na natureza tal como ela se desenvolveu não como neste ou naquele lugar, mas por toda parte onde existe um produto.

Aquele produto é finito, mas dado que a produtividade infinita se concentra nele, ele tem de conter um impulso para o desenvolvimento infinito. E, assim, chegamos gradualmente e, através de todos os elos intermediários anteriores, à construção daquele devir infinito, à exposição empírica de uma infinitude ideal.

Nós observamos naquilo que chamamos natureza (ou seja, nesta coleção de objetos singulares) não o próprio produto originário, mas sua evolução (por isso o ponto de retardamento não pode permanecer *unitário*). De que modo que *esta* evolução é de novo absolutamente retardada, o que

tem de acontecer quando isto deve redundar em um produto determinado, não foi ainda esclarecido.

Mas por intermédio daquele produto se desenvolve uma infinitude originária, mas esta infinitude não pode jamais diminuir. A grandeza que se desenvolve em uma série infinita é infinita ainda em cada ponto da linha; [I, 3, 291] portanto, a natureza será ainda infinita em cada ponto da evolução.

Só há um único ponto de retardamento originário da produtividade, porém, poderia ser pensado um número incontável deles da *evolução*. Cada um destes pontos nos é caracterizado por um produto, porém, a natureza é ainda infinita em cada ponto da evolução, portanto, é ainda infinita em cada produto e, em cada um, reside o germe de um universo.³

(De que maneira o impulso infinito é retido no produto, não está ainda respondido. Aquela retenção na *produtividade* da natureza explica apenas porque a evolução acontece com velocidade finita e não, porém, com velocidade infinitamente pequena).

i) O produto se desenvolve ao infinito. Nesta evolução nada pode acontecer, portanto, que não fosse ainda produto (síntese) e que não poderia decompor-se em novos fatores, cada um dos quais tem, por sua vez, seus fatores.

Mesmo através de uma análise que tenha progredido ao infinito, não se poderia, portanto, alcançar nada que fosse simplesmente absoluto.

k) *Imagine-se*, porém, a evolução como concluída (embora ela não possa *jamais* ser concluída), então a evolução não poderia cessar em algo que é ainda produto, mas apenas no puro *produtivo*.

Surge a pergunta se não haveria algo de último do tipo que não é mais substrato, mas causa de todo substrato, não mais produto, mas absolutamente produtivo na experiência – não haveria, pois isto é impensável – mas que se deixaria pelo menos demonstrar.

3 Um viajante na Itália observou que o obelisco erigido à Roma permitiria demonstrar a história mundial inteira; assim é em cada produto natural. Cada corpo mineral é um fragmento dos livros de história da Terra. Porém, o que é a Terra? Sua história está entrelaçada com a história da natureza inteira e, deste modo, progride do fóssil, passando pela história inorgânica e orgânica da natureza até à história do universo. Uma cadeia. (Observação do original).

l) Dado que algo de último traz o caráter do incondicionado, ele teria de se apresentar como algo que, embora não propriamente presente no espaço, é certamente princípio de todo preenchimento do mesmo. (Cf. Projeto p. 15 [acima p. 20]).

[I, 3, 292] O que *preenche* o espaço não é a matéria, pois a matéria é o próprio espaço preenchido. Portanto, o que preenche o espaço não pode ser matéria. Apenas o que existe está no espaço, não o *ser mesmo*.

É evidente por si mesmo que daquilo que não *está* no espaço não é possível nenhuma intuição externa positiva. Ele teria, portanto, de ser no mínimo apresentável *negativamente*. Isto se passa da seguinte maneira:

O que está no espaço é, enquanto tal, destrutível mecânica e quimicamente. O que não é destrutível nem mecânica nem quimicamente teria, portanto, de estar *fora* do espaço. Porém, algo do tipo é tão somente o fundamento último de toda *qualidade*; pois, embora uma qualidade possa ser eliminada por outra, isto ocorre apenas em um terceiro produto C, para cuja formação e manutenção A e B (os fatores opostos de C) têm de continuar a exercer a ação.

Porém, este algo indestrutível, que é pensável apenas como *intensidade pura*, é, enquanto causa de todo substrato, ao mesmo tempo, o princípio de toda divisibilidade ao infinito. (Um corpo dividido ao infinito preenche o espaço com suas partes mais ínfimas ainda no mesmo grau).

O que, portanto, é puramente produtivo, sem ser *produto*, é apenas o fundamento último da *qualidade*. Porém, cada qualidade é uma qualidade determinada, a produtividade, porém, originariamente indeterminada. A produtividade aparece nas qualidades, portanto, já como retida e dado que ela aparece *retida nelas na forma a mais originária*.

Aqui está o ponto onde nosso modo de representação se separa do modo de representação da Física geralmente denominada dinâmica.

Nossa afirmação é, em resumo, a seguinte: caso a evolução infinita da natureza fosse *concluída* (o que é impossível), então ela se decomporia em *ações* simples e originárias, ou, caso assim se possa expressar, em produtividades simples. Nossa afirmação não é, portanto: *haveria* tais simples *ações* na natureza, [I, 3, 293] mas apenas que elas seriam os fundamentos explicativos *ideais* da qualidade; estas entelegias não podem ser efetivamente indicadas, pois, elas não *existem*. Para sua demonstração não se trata mais aqui de afirmar, como antes, que tais produtividades

originárias têm de ser *pensadas* como fundamentos explicativos de toda qualidade. Esta prova é a seguinte:

Que nada que *está* no espaço, ou seja, que nada em absoluto seja simplesmente mecânico, não necessita de nenhuma prova. O que, portanto, é verdadeiramente simples, não pode ser pensado no espaço, mas tem de sê-lo fora dele. Porém, pensada fora do espaço é apenas a *intensidade pura*. Este conceito de intensidade pura é expresso pelo conceito de ação. Não o produto desta ação é simples, mas a *própria ação* abstraída do produto e esta tem de ser simples para que o produto seja divisível ao infinito. Pois, quando as partes também estão perto de desaparecer, a intensidade tem de ainda permanecer. E esta intensidade pura é o que propriamente conserva o substrato na divisão infinita.

Portanto, se o atomismo afirma algo simples como fundamento explicativo ideal da qualidade, então nossa filosofia é atomística. Porém, posto que ela põe o simples em algo que é apenas produtivo sem ser produto, então ela é *atomismo dinâmico*.⁴

Isto é tão claro que, caso se admita uma separação dos fatores da natureza, o último que resta tem de ser algo que resiste absolutamente à toda separação, ou seja, é o simples. Porém, o simples só permite ser pensado de modo dinâmico e, enquanto tal, não se encontra *de forma alguma no espaço* (ele designa apenas o pensado *para além* de todo preenchimento do espaço); portanto, não é possível, da mesma forma, nenhuma intuição sua do que através de seu *produto*. Nenhuma medida é também dada para ele que o seu produto. Pois, pensado de modo puro, ele é apenas o início do produto (como o ponto é apenas início da linha), em uma palavra, pura intelecquia. Porém, o que não é reconhecido em si mesmo, mas apenas em seu produto, é reconhecido de *modo* simplesmente *empírico*. Portanto, se cada qualidade originária *enquanto* qualidade [I, 3, 294] (não, por exemplo, como substrato, ao qual a qualidade simplesmente adere) tem de ser pensada como intensidade pura, *ação* pura, então as qualidades são de modo geral apenas o empírico absoluto de nosso conhecimento da natureza, do qual não é possível nenhuma construção, não

⁴ Cf. acima p. 23, observação 1.

restando nada à filosofia da natureza que a prova de que estas qualidades são o limite absoluto de sua construção.⁵

A pergunta pelo fundamento da qualidade pressupõe a evolução da natureza como completa, ou seja, ela pressupõe algo simplesmente pensado e só pode, por isso, ser respondido também através de um fundamento explicativo ideal. Aquela pergunta acolhe o ponto de vista da reflexão (baseada no produto) já que a autêntica dinâmica permanece sempre ancorada no ponto de vista da *intuição*.

(Aqui, porém, é necessário ser logo observado que se o fundamento explicativo da qualidade é pensado como um fundamento *ideal trata-se* apenas da explicação da qualidade à proporção em que ela é pensada *de modo absoluto*. Não se trata aqui da qualidade em que ela, por exemplo, apresenta-se no processo dinâmico. Na medida em que a qualidade é relativa, há, com efeito, para ela, um fundamento explicativo e de determinação (não simplesmente ideal, mas efetivamente real); a qualidade é determinada, então, pela oposta, com a qual ela é posta em conflito e esta oposição é ela própria determinada, por sua vez, por uma oposição mais elevada e assim retornando até ao infinito; de modo que se aquela organização geral pudesse se dissolver, toda matéria cairia também no estado de passividade dinâmica, ou seja, na absoluta ausência de qualidade. (A qualidade é uma potência mais elevada da matéria para a qual ela própria se eleva com reciprocidade). Na sequência será demonstrado que o processo dinâmico será um processo limitado para cada esfera particular, porque apenas deste modo surgem pontos de referência firmes para a determinação da qualidade. Aquela limitação do processo dinâmico, ou seja, a verdadeira *determinação* da qualidade, só se dá através daquela força que limita pura e simplesmente a evolução da natureza em geral e este negativo é o único não decomponível nas coisas, ou seja, que não é por nada subjugável. A [I, 3, 295] relatividade absoluta de toda qualidade pode ser demonstrada a partir das relações elétricas dos corpos, posto que o mesmo corpo que, com aquele, é positivo, com este é negativo e vice-versa. Ora, é possível, porém, no futuro, continuar assumindo a proposição (a qual também já está no Projeto): *toda qualidade é eletricidade* e, inversamente, *a eletricidade de um corpo é também sua qualidade* (pois toda diferença de qualidade é igual à

5 Cf. acima p. 24, observação 1.

diferença elétrica e toda qualidade [química] é reduzível à eletricidade). Tudo que nos é sensível (sensível no sentido estrito do termo, como cores, gosto etc.) é, sem dúvida, sensível para nós apenas *por intermédio* da eletricidade e o único *imediatamente* sensível poderia ser a eletricidade,⁶ à qual conduz já a dualidade geral de cada sentido (Projeto, p. 185 [acima p. 170]), posto que na natureza só há, na verdade, uma dualidade. No galvanismo, a sensibilidade reduz, enquanto reagente, toda qualidade dos corpos (para os quais ela é reagente) a uma diferença originária. Todos os corpos que excitam os sentidos do paladar e da visão em uma cadeia em geral, mesmo que sua diferença seja ainda bem grande, são todos ou alcalinos ou ácidos, produzem raio negativo ou positivo e, aqui, aparecem sempre ativos em uma potência mais elevada que na potência *simplesmente* química.

A qualidade pensada *como absoluta* não é possível de ser construída, porque qualidade em geral não é de forma alguma absoluta e não há, sob nenhuma hipótese, outra qualidade exceto a que mostra corpos em relação mútua, já que toda ela é algo que graças ao qual o corpo é, por assim dizer, *elevado acima de si mesmo*.

Toda construção da matéria empreendida até agora se reduz a duas tentativas: expressar qualidades através de figuras, portanto, adotar uma figura própria na natureza para cada qualidade originária, ou, porém, expressar a qualidade através de *fórmulas analíticas* (em que força de atração e força de repulsão fornecem para isto as grandezas negativas e positivas).

[I, 3, 296] Em virtude também do caráter infrutífero desta tentativa, pode-se fazer referência de modo o mais breve à vacuidade das explicações que lhe são afins. Por isso nós nos limitamos aqui a uma única observação, a saber, que, na verdade, são construídos diversos graus de densidade via construção de toda matéria a partir de ambas forças fundamentais, jamais, porém, diversas qualidades *enquanto* qualidades; pois, embora todas mudanças dinâmicas (qualitativas) apareçam no seu nível mais profundo como mudanças das forças fundamentais, distinguimos em tal nível certamente apenas o produto do processo, não o *processo mesmo*;

⁶ *Volta* pergunta, por ocasião em que trata da afecção dos sentidos pelo galvanismo: “Não poderia o fluido elétrico ser a causa imediata de cada um dos gostos? Ele não poderia ser a causa da sensação de todos os outros sentidos?” (Observação do original).

aquelas mudanças são *o que há de ser elucidado* e o fundamento explicativo, tem, portanto, de ser buscado, sem dúvida, em algo mais elevado.⁷

É possível apenas um fundamento explicativo ideal da qualidade, porque este próprio fundamento explicativo pressupõe algo simplesmente ideal. Quem pergunta pelo fundamento último da qualidade, retorna ao ponto inicial da natureza. Porém, onde está este ponto inicial? Não consiste toda qualidade justamente no fato de que a matéria é impedida pelo encadeamento geral de retornar a sua condição original?

A partir daquele ponto onde reflexão e intuição se separam (cuja separação, porém, é propriamente possível apenas sob a condição da evolução concluída), a Física se divide em duas direções opostas, ou seja, nas quais ambos os sistemas, o atomista e o dinâmico, se dividiram.

O sistema *dinâmico* nega a evolução absoluta da natureza e parte desta enquanto síntese (ou seja, da natureza enquanto sujeito) para a natureza enquanto evolução (ou seja, para a natureza enquanto objeto); o sistema *atomista* parte da evolução enquanto do originário para a natureza enquanto síntese; o primeiro do ponto de vista da intuição para o da reflexão, o último do ponto de vista da reflexão para o da intuição.

Ambas as direções são igualmente possíveis. Se apenas a análise é verdadeira, então tem de ser possível encontrar novamente a síntese via a análise, bem como [I, 3, 297] novamente a análise via síntese. Porém, se a análise é correta, reconhece-se apenas no seguinte, a saber, que a partir dela chega-se novamente à síntese. A síntese é e permanece, portanto, o pressuposto absoluto.

As tarefas de um sistema se voltam agora para o outro; o que, para a Física atomista, é causa da *composição* da natureza, é, para a dinâmica, o *inibidor da evolução*. Aquela explica a composição da natureza com a força de coesão, através da qual ela realmente jamais adquire continuidade verdadeira; a segunda, por sua vez, explica a coesão com a continuidade da evolução. (Toda continuidade existe originariamente apenas na produtividade).

Ambos os sistemas partem de algo puramente ideal. A síntese absoluta é tão simplesmente *ideal* quanto a análise absoluta. O real se encontra na natureza só como *produto*, porém, a natureza pensada seja enquanto

⁷ Cf. acima p. 28, observação 1.

involução seja enquanto evolução absoluta é o *produto*; o produto é o que está compreendido entre ambos os extremos.

A primeira tarefa para ambos os sistemas é construir o produto, ou seja, aquilo em que aqueles opostos se tornam reais. Ambos contam com magnitudes simplesmente *ideais* enquanto o produto não é construído; tão somente as *direções* nas quais elas desembocam são opostas entre si. Ambos os sistemas, dado que têm a ver apenas com fatores ideais, têm o mesmo valor e um é a prova do outro. O que está oculto nas profundezas da natureza produtiva tem de ganhar luz na natureza enquanto produto e, assim, o sistema atomista tem de ser o reflexo constante do sistema dinâmico. No Projeto foi propositadamente escolhido entre ambas as direções aquele da Física atomista. Não será uma pequena contribuição para a compreensão de nossa ciência se aquilo que nós mostramos lá no *produto*, aqui o façamos na *produtividade*.

m) *Na pura produtividade da natureza não há absolutamente nada de diferenciável para além da separação; [I, 3, 298] apenas a produtividade cindida em si mesma fornece o produto.*

Posto que a produtividade absoluta diz respeito apenas ao produzir em si, não ao produzir de algo determinado, a tendência da natureza (graças à qual este produzir se torna nela produto), será, então, o *negativo* da produtividade.

Na medida em que a natureza é real, tampouco pode haver nela produtividade sem produto, quanto produto sem produtividade. A natureza pode apenas se aproximar de ambos os extremos e tem de ser mostrado *que* ela se aproxima de ambos.

â) *A pura produtividade visa originariamente à ausência de forma.*

Onde a natureza se perde na ausência de forma, a produtividade se esgota nela. (Isto é algo que se expressa apenas através do estado de tornar-se-latente). Inversamente, onde a figura vence, onde, portanto, a produtividade é *limitada*, emerge a produtividade; ela aparece não como produto (que se possa expor), mas *como* produtividade, embora transitando para o produto, como ocorre nos fenômenos do calor. (O conceito de matéria imponderável é apenas um conceito *simbólico*).

ã) *Se a produtividade visa à ausência de forma, então ela é, de um ponto de vista objetivo, o absoluto destituído de forma.*

Compreendeu-se muito pouco a ousadia do sistema atomista. A ideia nele dominante de algo apresentável absolutamente destituído de forma, porém, em parte alguma como matéria determinada, não é outra coisa que símbolo da natureza se aproximando da produtividade. Quanto mais perto da produtividade, mais perto da ausência de forma.

ã) *A produtividade enquanto tal surge apenas onde lhe são postos limites.*

O que está em toda parte e em tudo não está justamente, por isto, em lugar nenhum. A produtividade é fixada apenas através da limitação. *A eletricidade existe* somente no momento em que os limites são dados e é uma pobreza daquela representação buscar em seus fenômenos [I, 3, 299] uma outra coisa que fenômenos da produtividade (limitada). A condição da *luz*, assim como do químico, é uma oposição entre os processos elétrico e galvânico; mesmo a luz que, sem nossa intervenção, vem até nós (o fenômeno da produtividade exercida pelo sol à sua volta) pressupõe aquela oposição.⁸

δ) *Apenas a produtividade limitada fornece a base para o produto.* (A explicação do produto tem de começar com o surgimento do ponto firme onde a base se inicia. – *A condição de toda formação é a dualidade.* (Este é o sentido mais profundo da construção da matéria em Kant a partir de forças opostas).

Os fenômenos elétricos são o esquema universal para a construção da matéria em geral.

ε) *Na natureza não pode haver nem produtividade pura, nem produto puro.*

A primeira é negação absoluta de todo produto, o segundo negação de toda produtividade.

(A aproximação da primeira é o decomponível absoluto do atomismo; do segundo o absoluto indecomponível. O primeiro não pode

8 De acordo com os *experimentos* disponíveis, não é pelo menos impossível ver fenômenos da luz e da eletricidade como um único, dado que as cores se apresentam em uma figura prismática como opostas umas às outras e a luz branca que incide em regra no meio *pode* ser considerada, no mínimo, como o ponto da indiferença; e, de acordo com a *analogia*, tenta-se sustentar justamente *esta* construção dos fenômenos da luz como a autêntica construção. (Observação do original).

ser pensado sem ser, ao mesmo tempo, o indecomponível absoluto, o segundo sem ser, ao mesmo tempo, o componível absoluto).

A natureza será, portanto, originariamente, o meio entre a produtividade e o produto e, assim, alcançamos o conceito de *uma produtividade compreendida na transição para o produto, ou de um produto que é produtivo ao infinito*. Nós nos deteremos na última determinação.

O conceito do produto (do fixado) e do produtivo (do livre) são opostos entre si. Dado que o postulado por nós é já [I, 3, 300] produto, então, caso ele seja produtivo, só pode sê-lo de uma *forma determinada*. Porém, produtividade determinada é *formação* (ativa). Aquele terceiro elemento teria de estar, portanto, *no estado da formação*.

Porém, o produto deve ser produtivo ao infinito (aquela transição não deve jamais acontecer de modo absoluto); ele será, portanto, na verdade, produtivo de determinada maneira a cada momento; a produtividade permanecerá, porém, o produto não.

(Poderia se perguntar como seria possível aqui uma transição em geral de forma em forma, se *nenhuma* forma foi fixada. Somente pelo fato de que surgiriam formações momentâneas, torna-se já, com isto, possível admitir que a evolução não pode se dar com velocidade infinita ali onde, portanto, a forma é certamente, no mínimo, uma forma determinada para cada momento).

O produto surgirá compreendido como uma *metamorfose infinita*.

(Do ponto de vista da reflexão é compreendido como constantemente saltando do líquido para o sólido, sem nunca encontrar a forma buscada. Organizações que não vivem em um elemento mais grosseiro, vivem, no mínimo, no fundo profundo da atmosfera marinha. – muitas transitam, via metamorfose, de um elemento para outro; então, o que faz o animal (cujas funções vitais consistem quase todas em contrações) parecer outra coisa que tal salto?).

A metamorfose não pode acontecer *desordenadamente*. Pois ela tem de permanecer no interior da oposição originária e está, deste modo, encerrada entre limites.⁹

(Esta regularidade se expressará apenas através de uma afinidade interna das formas, a qual não é pensável, por sua vez, sem um *modelo básico*

⁹ Daí que onde a oposição é superada ou removida, a metamorfose se torna irregular. Pois o que é, da mesma forma, doença senão metamorfose? (Observação do original).

que é fundamento de todas – o qual todas elas expressam apesar de, na verdade, sob diversos desvios).

Porém, com tal produto, não temos também o que nós [I, 3, 301] procurávamos, a saber, um produto que, produtivo ao infinito, permanece *o mesmo*. Que o produto permanece o mesmo parece impensável porque ele não é pensável sem um refreamento absoluto, uma superação da produtividade. O produto teria de ser refreado assim como a produtividade o foi; pois ele é ainda sempre produtivo; ao ele ser refreado via *separação*, surge a partir daí a limitação. Porém, teria de, ao mesmo tempo, ser explicado como o produto produtivo poderia ser refreado nos níveis da formação singular, sem que ele deixasse de ser produtivo ou *como através da própria separação seria assegurada a permanência da produtividade*.

Nós conduzimos o leitor por este caminho até à tarefa da quarta seção do Projeto e deixamos para ele próprio a missão de encontrar a solução ao lado das conclusões que ela traz consigo. Nós procuramos ainda indicar como o produto deduzido teria de aparecer na perspectiva da *reflexão*.

O produto é a síntese na qual os extremos opostos se tocam, os quais são caracterizados, por um lado, pelo decomponível absoluto e, de outro, pelo indecomponível. Como a descontinuidade absoluta pressuposta por ele se transformaria em continuidade, o atomista procura explicar através da força de coesão, da força plástica, etc. Inutilmente, pois *continuidade* é apenas a própria produtividade.

A variedade das formas que aquele produto assume na metamorfose foi explicada através da diversidade dos níveis de desenvolvimento, de tal forma que com cada nível segue paralelamente uma forma própria. O atomista põe na natureza certas formas básicas e posto que tudo nela se esforça por produzir formas e somente aquilo que se forma tem também sua forma *peculiar*, então as formas básicas têm de ser admitidas na natureza, porém, apenas como *aludidas*, mas não presentes *in actu*.

O devir daquele produto tem de aparecer, na perspectiva da reflexão, como um constante esforço das ações originárias pela produção de uma forma determinada e um constante novo aniquilamento daquelas formas.

[I, 3, 302] Assim o produto não seria produto de uma simples tendência. Ele seria apenas expressão manifesta de uma proporção interna,

de um equilíbrio interno das ações originárias que, de modo recíproco, nem se deixam reduzir à ausência absoluta de formas, nem deixam produzir, em virtude do conflito universal, uma forma determinada e fixa.

Até agora (enquanto lidamos apenas com fatores ideais) eram possíveis direções opostas da investigação; a partir de agora, dado que temos de perseguir um produto real em seus desenvolvimentos, há apenas uma direção.

m) Através da separação inevitável da produtividade em direções opostas em cada nível particular de desenvolvimento, o próprio produto é dividido em *produtos singulares*, por intermédio dos quais (porém, justamente por isto) são caracterizados apenas níveis diferentes de desenvolvimento.

Que isto se dê assim pode-se mostrar *ou* nos próprios produtos (o que acontece caso eles, no que concerne à sua formação, sejam comparados entre si) ou procurando uma continuidade da formação cuja ideia não pode se realizar de modo perfeito, dado que continuidade (para a reflexão) não existe jamais nos *produtos*, mas sempre apenas na *produtividade*.

E para encontrar a continuidade na produtividade, tem a progressão daquela *transição da produtividade para o produto* de ser apresentada de modo mais preciso do que como se deu até agora. Pelo fato de que a produtividade é *limitada* (ver acima), é fornecido primeiramente apenas o início [para a formação] do produto, ou seja, apenas o ponto fixo para a produtividade em geral. Tem de ser mostrado *como* a produtividade se materializa paulatinamente e se metamorfoseia em produtos sempre mais fixados, o que então forneceria uma *progressão dinâmica na natureza*, bem como também o objeto verdadeiro que constitui a tarefa fundamental do inteiro sistema.

(É possível que o seguinte sirva de antemão como esclarecimento. Exige-se, primeiramente uma separação da produtividade; a causa, através da qual esta separação é realizada, permanece, por enquanto, inteiramente fora da investigação.

[I, 3, 303] Através da separação está condicionada talvez uma alternância entre contração e expansão. Esta alternância não significa algo na matéria, mas a *própria matéria* e o primeiro nível da produtividade transitando para o produto. O *produto* só pode surgir com o cessar daquela alternância, portanto, através de um *terceiro elemento* que *fixa* aquela própria

alternância e, assim, a matéria seria intuída no nível mais profundo – (na primeira potência) – e aquela alternância seria intuída em repouso ou em equilíbrio, podendo a matéria, por sua vez, ser elevada à potência mais alta através da eliminação daquele terceiro elemento. Pois se fosse efetivamente possível que aqueles produtos precisamente assim deduzidos se encontrassem em *níveis totalmente diversos* da materialidade ou *daquela transição*, ou que estes níveis diversos se deixassem *diferençar* mais ou menos em um do que em outro – seria, portanto, deste modo, possível de se apresentar efetivamente uma *progressão dinâmica daqueles produtos*.

n) No *cumprimento* da própria tarefa nós permanecemos antes de tudo na direção tomada até então, sem saber para onde ela nos conduzirá.

Produtos singulares (individuais) surgem na natureza; porém, nestes produtos é possível sempre diferenciar a produtividade *enquanto* produtividade. A produtividade não deve haver ainda transitado de modo absoluto para o produto. A existência do produto deve ser uma autoreprodução constante.

Surge a tarefa através da qual aquele transitar absoluto – esgotamento da produtividade no produto – seria impedido ou através da qual sua existência se tornaria uma constante autoreprodução.

É absolutamente impensável como a atividade que tende em toda parte para o produto seria impedida de transitar *completamente* para ele, caso tal transição não fosse impedida *por influências externas* e o produto, caso ele deva existir, não fosse forçado a se produzir *novamente* a cada momento.

Porém, até o momento não foi encontrado nenhum vestígio de uma causa oposta ao produto (de natureza orgânica) – uma tal causa pode ser, portanto, por enquanto, simplesmente postulada. (Nós acreditávamos [I, 3, 304] ver a natureza inteira se esgotando naquele produto e observamos aqui tão-somente que para compreender aquele produto já tem de ser pressuposta *uma outra coisa* e surgir na natureza uma nova oposição.

A natureza foi até hoje para nós absoluta *identidade* na duplicidade – aqui nós nos lembramos da oposição que deve se dar por sua vez *no interior* daquela identidade. Aquela oposição tem de ser acusada no próprio produto deduzido, caso ele, enfim, possa ser deduzido).

O produto deduzido é uma atividade que *se dirige para fora* – esta não se deixa diferenciar *enquanto* tal sem uma atividade que *se dirige de fora*

para dentro (dirigida para si mesma) no mesmo produto; esta segunda atividade não pode, por sua vez, ser pensada caso ela não seja *repelida* (refletida) de fora.

Nas direções opostas que surgem através desta oposição reside o princípio para a construção de todos os fenômenos da vida. Abolidas aquelas direções opostas, resta a vida ou como *atividade absoluta* ou como *receptividade absoluta*, posto que ela só é originariamente possível como a *determinação recíproca* perfeita da receptividade e da atividade.

Por isto, remetemos o leitor ao próprio Projeto e chamamos a sua atenção apenas para o nível mais elevado da construção que nós alcançamos aqui.

Já elucidamos acima (g) o surgimento de um *produto em geral* através de uma luta da natureza contra o ponto de refreamento através do qual este ponto é elevado à esfera preenchida e, assim, adquire permanência. Dado que deduzimos a luta de uma natureza *externa* não contra um *mero* ponto, mas contra um *produto*, aquela primeira construção eleva-se, para nós, por assim dizer, à *segunda* potência, restando, com isto, um produto duplicado (e, deste modo, é perfeitamente possível mostrar, a seguir, que a natureza orgânica em geral é apenas a potência mais elevada da inorgânica, que ela, justamente por isto, eleva-se acima desta última e que nela também aquilo que já é produto se torna *novamente* produto).

[I, 3, 305] Dado que o produto que nós deduzimos como o mais originário impele a nós próprios para uma natureza que lhe está contraposta, torna assim claro que nossa construção do surgimento de um produto em geral era *incompleta* e que nós nem de longe satisfizemos ainda a nossa tarefa – (e tarefa da ciência inteira é: construir o surgimento de um produto fixado).

Um produto produtivo pode existir enquanto tal apenas sob a influência de forças externas, porque apenas deste modo a produtividade é interrompida e impedida de extinguir-se no produto. Para estas forças externas têm de ser dada então, por sua vez, uma esfera própria; aquelas forças têm de estar em um mundo que *não é produtivo*. Porém, este mundo tem justamente, por isso, de ser um mundo que, em cada consideração, é determinado, fixado e invariável. A tarefa como surge um produto na natureza foi levada a cabo até então apenas de modo unilateral. “O produto é refreado pela divisão da produtividade em cada nível de desenvolvimento

individual”. Porém, isto vale apenas para o produto *produtivo*; entretanto, aqui se trata de um produto *não-produtivo*.

A contradição com a qual nos deparamos aqui pode ser solucionada apenas se for encontrada uma expressão *universal* para a construção de um *produto em geral* (abstraindo o fato de que ele é produtivo ou tenha deixado de sê-lo).

* * *

Dado que a existência de um mundo *não produtivo* (inorgânico) deve ser antes de tudo postulado a fim de explicar o mundo produtivo, então as condições de tal mundo podem ser apresentadas apenas hipoteticamente; e posto que nós o conhecemos antes de tudo afinal apenas a partir da oposição com o mundo produtivo, então aquelas condições têm de ser deduzidas também apenas a partir desta oposição. (Daí resulta por si mesmo o que também foi lembrado no Projeto, a saber, que esta segunda seção, assim como a primeira, encerra também, sem exceção, verdade simplesmente hipotética, já que nem a natureza orgânica nem a inorgânica foram explicadas, dado que não foram construídas sob uma única expressão, expressão esta, porém, somente [I, 3, 306] possível através da parte sintética. Esta parte tem de conduzir aos princípios supremos e mais universais para a construção de uma *natureza em geral*; daí nós termos de remeter também o leitor (ao qual diz respeito o conhecimento de nosso sistema) à mesma. A dedução hipotética de um mundo inorgânico e suas condições podemos passar por alto aqui por uma razão a mais, a saber, porque esta dedução foi realizada suficientemente no Projeto e nos é urgente cumprir as tarefas mais gerais e supremas de nossa ciência.

* * *

A tarefa mais geral da Física especulativa pode ser agora expressa da seguinte forma: *exprimir em comum a construção dos produtos orgânicos e inorgânicos*.

Nós podemos salientar apenas as proposições principais daquela solução e destas apenas aquelas que no próprio Projeto (terceira e principal seção) não foram explicitadas de modo integral.

A.

Estabelecemos aqui logo de início como princípio que, *visto que o produto orgânico é o produto na segunda potência, a construção orgânica do produto tem de ser no mínimo símbolo da construção originária de todo produto.*

a) Para que a produtividade seja fixada em um ponto apenas em geral, *têm de ser dados limites*. Dado que os *limites* são a condição *do primeiro fenômeno*, pode, assim, a *causa* através da qual eles são produzidos *não mais aparecer* e ela, então, retorna ao *interior da natureza* ou do produto todas as vezes.

Esta limitação da produtividade na natureza orgânica é dada por aquilo que nós denominamos *sensibilidade* e que tem de ser pensada como primeira condição da construção do produto orgânico (Cf. Projeto, p. 169 [acima p. 155]).

b) O efeito imediato da produtividade limitada é uma *alternância entre contração e expansão* na matéria já dada e, como nós agora sabemos, matéria construída, por assim dizer, pela segunda vez.

[I, 3, 307] c) Onde esta alternância cessa, a produtividade transita para o produto e onde ela é novamente produzida o produto transita para a produtividade. Pois dado que o produto deve permanecer produtivo ao infinito, então *aqueles três níveis da produtividade* têm de se *diferençar* no produto; a passagem absoluta da produtividade para o produto é a ruína do próprio produto.

d) Assim como estes três níveis são diferenciáveis no *individuum*, assim eles têm de ser diferenciáveis *na natureza orgânica inteira*, pois a progressão das organizações não é outra coisa que a *própria produtividade*. (A produtividade se esgota até o último grau no produto A e pode começar então com o produto B apenas onde este cessou com A, ou seja, com o grau d e, assim, para baixo até o *desaparecimento* de toda produtividade. Caso se conhecesse o *grau* absoluto da produtividade, como, por exemplo, da *Terra* (o qual que é determinado pela sua relação com o sol), poder-se-ia então determinar o limite da organização existente nela de modo mais exato do que através da experiência incompleta, - a qual tem de ser, já por isso, incompleta, porque as catástrofes da natureza tragaram, sem dúvida, os elos mais externos da cadeia. A genuína história da natureza que tem não os *produtos*, mas *a si mesma* como objeto, persegue uma *única* produtividade,

por assim dizer, se defendendo da liberdade através de todas mudanças de direção e sinuosidades até o ponto onde ela é forçada a extinguir-se no produto.

Sobre aquela progressão dinâmica no *individuum* (como na inteira natureza orgânica), repousa a construção de todos os fenômenos orgânicos (Cf. Projeto p. 220-297 [acima p. 195 et seq.]).

B.¹⁰

Universalizadas, estas sentenças levam aos seguintes princípios de uma teoria geral da natureza.

[I, 3, 308] a) A produtividade deve ser limitada *originariamente*. Posto que *para além* da produtividade limitada há [apenas] *identidade pura*, então a limitação não pode ser dada através de uma diferença já presente, portanto, através de uma oposição que surja *na própria produtividade* à qual nós retornamos aqui enquanto primeiro postulado¹¹.

b) Esta diferença pensada de *modo puro* é a primeira condição de toda atividade [na natureza]; a produtividade é atraída e repelida entre opostos (os limites originários)¹²; nesta alternância entre expansão e contração surge necessariamente algo comum, porém, existindo apenas *na alternância*. Se algo comum deve existir *fora* da alternância, então esta *própria alternância* tem de ser fixada. O elemento *ativo* na alternância é a produtividade dividida no interior de si mesma.

c) Pergunta-se:

10 Daqui seguem novamente, como no Projeto, adendos na forma de notas (como alguns já foram acolhidos até agora no texto com [...]). Eles foram tirados de um manuscrito do autor. D. H.

11 O primeiro postulado da ciência da natureza é uma oposição na identidade pura da natureza. Esta oposição tem de ser pensada de modo totalmente puro, ou seja, não com um outro substrato do que aquele da atividade; pois ela é certamente a condição de todo substrato. Quem não pode pensar nenhuma atividade, nenhuma oposição sem substrato, não pode, de forma alguma, filosofar. Pois todo filosofar objetiva apenas a dedução de um substrato.

12 Os fenômenos elétricos são o esquema da segunda produtividade e produto da natureza em suspensão. Este estado de suspensão, de alternância entre força de atração e força de repulsão é o estado autêntico de formação.

à) De que maneira aquela alternância em geral poderia ser fixada. Ela não pode ser fixada por qualquer coisa que esteja compreendida na própria alternância enquanto *elo*, portanto, por um terceiro elemento.

â) Porém, este terceiro elemento tem de poder *intervir* naquela oposição originária; porém, não há nada *fora* daquela oposição¹³ – aquele terceiro elemento tem, portanto, de ser compreendido já originariamente na mesma enquanto algo que é mediado pela oposição e esta, por sua vez, por ele. Pois, do contrário, não tem nenhum fundamento a pergunta por que ele deveria ser compreendido originariamente naquela oposição.

[I, 3, 309] A oposição é negação da identidade. Porém, a natureza é identidade *originária*. Terá de ocorrer novamente, portanto, naquela oposição, um esforço por identidade. Este esforço é [imediatamente] condicionado *pela* oposição; pois, se não houvesse nenhuma oposição, então identidade seria repouso absoluto e não haveria nenhum *esforço* por identidade¹⁴. Caso não houvesse, em contrapartida, novamente identidade na oposição, esta própria não poderia continuar a existir.

Identidade que resulta da diferença é indiferença; aquele terceiro elemento é, portanto, um *esforço por indiferença*, o qual foi condicionado pela própria diferença e esta, em contrapartida, por ele. (A diferença enquanto diferença não pode, de forma alguma, ser compreendida e não é nada para a intuição exceto por intermédio de um terceiro elemento que a mantém, ao qual a alternância se adere).

Aquele terceiro elemento é, portanto, o único que, naquela alternância originária, é o substrato. – O substrato, porém, pressupõe a alternância tanto quanto a alternância o substrato – e não há aqui nenhum primeiro e nenhum segundo elemento; mas diferença e esforço por indiferença são, em relação ao tempo, pura e simplesmente idênticos.

Proposição principal: nenhuma identidade pura da natureza é absoluta e toda ela é apenas indiferença.¹⁵

13 Pois ele é o único que nos é dado e que permite que tudo surja dele.

14 Portanto, 1) aquele terceiro elemento tem de ser condicionado pela oposição de modo imediato; 2) a oposição tem, em contrapartida, de ser condicionada por aquele terceiro elemento. Através de que a oposição foi, então, condicionada? A oposição só é oposição apenas através daquele *esforço* por identidade. Pois onde não há nenhum esforço por unidade, não há oposição.

15 A natureza é uma atividade que *se esforça* constantemente por identidade, portanto, uma atividade que, para perdurar *enquanto* tal, pressupõe constantemente a oposição.

Dado que aquele próprio terceiro elemento *pressupõe* a oposição originária, então a própria oposição não pode, com isso, ser superada *de modo absoluto*; a *condição da permanência do terceiro elemento* (daquela terceira atividade ou da natureza) *é a permanência constante da oposição*, da mesma forma, inversamente, *que a oposição permanece porque está condicionada pela permanência do terceiro elemento*.

Porém, como a oposição deve ser pensada no estado de permanência?

Nós temos uma oposição originária em cujos limites deve se inserir a natureza inteira; suponhamos que os fatores daquela oposição [I, 3, 310] transitem efetivamente de um para o outro ou possam coincidir de modo absoluto em algum terceiro elemento (um único produto), então a oposição é superada e, com ela, aquele *esforço* e toda atividade da natureza. Que, porém, a oposição permaneceria é apenas pensável caso ela seja *infinita* – ou seja, que os limites mais externos sejam mantidos separados ao infinito, *de tal modo que possam ser sempre produzidos apenas eles intermediários da síntese, jamais a própria síntese última e absoluta*, em que nunca se alcança o ponto de *indiferença* absoluto, mas sempre apenas *pontos relativos da indiferença* e cada indiferença que surge deixa subsistir ainda uma nova oposição não superada, oposição esta que transita, por sua vez, para a indiferença, a qual supera outra vez apenas *em parte* a oposição originária. Através da oposição originária e do esforço por indiferença se efetiva um produto, porém, o produto supera a oposição apenas *em parte*; em virtude da superação desta parte, ou seja, do surgimento do próprio produto, surge, portanto, uma nova oposição diferente da superada e graças a esta, por sua vez, um produto diferente do primeiro, porém, este também deixa a oposição *absoluta* não superada, fazendo com que surja, portanto, outra vez, dualidade e, através desta, um produto e, assim, ao infinito.

Suponha-se que através do produto A os opostos c e d sejam unificados, porém, a oposição b e e se encontra ainda fora daquela unificação. Esta oposição é superada em B, porém, este produto também deixa a oposição a e f preservada. Caso a e f designem os limites mais externos, então a sua unificação será justamente o produto que jamais será alcançado.

Entre os extremos a e f residem as oposições [c e d] e [b e e], porém, a série destas oposições intermediárias é infinita, pois *todas* estas oposições

intermediárias estão compreendidas em uma oposição absoluta. No produto A são superados por a apenas e e por f apenas d; o que resta de a seria b, de f seria e; assim, estes são, na verdade, novamente unificados graças ao esforço absoluto por indiferença, porém, eles deixam uma nova oposição não superada – e, assim, permanece entre a [I, 3, 311] e f uma série infinita de oposições intermediárias e o produto no qual aquelas se suprimem de modo absoluto não é jamais, mas apenas *vem-a-ser*.

Esta formação que prossegue ao infinito é para se apresentar do seguinte modo. A oposição originária teria de superar a si mesma no produto A. O produto teria de cair no ponto de indiferença de a e f, porém, dado que a oposição é uma oposição absoluta que pode ser superada apenas em uma síntese que prossegue infinitamente (jamais efetiva), então A tem de ser pensado como o ponto médio de uma periferia infinita (cujo diâmetro é a linha infinita af). Dado que no produto de a e f apenas e e d são unificados, então surge nele a nova separação b e e; o produto se dividirá, portanto, em direções opostas no ponto onde o esforço por indiferença alcança predominância; b e e se reunirão para formar um novo produto diferente do primeiro – porém, entre a e f residem ainda muitas infinitas oposições; o ponto de indiferença B é, portanto, o ponto médio de uma periferia que compreendida na primeira, é, porém, ela própria, por sua vez, infinita etc.

A oposição entre b e e em B é *mantida* por A porque A o deixa não unificado; do mesmo modo, a oposição em C é *mantida* em C por B porque B suprime de a e f outra vez *apenas uma parte*. Porém, a oposição em C é mantida por B apenas na medida em que A mantém a oposição em B¹⁶. O que, portanto, resulta *daquela* oposição em C e B –[suponha-se, por exemplo, que o resultado disto seja a gravitação universal] é *causado* pela influência comum de A, de modo que B e C e os muitos infinitos produtos que se encaixam ainda entre a e f enquanto eles intermediários são apenas um único produto em relação a A. A *diferença* que resta após a unificação de c e d em A é apenas *uma única* diferença na qual, então, novamente se dividem B, C etc.

16 A inteira oposição não-superada de A é transferida para B. Porém, ela não pode novamente se suprimir de todo em B, portanto, é transferida para C. A oposição em C é, portanto, mantida por B, porém, apenas na medida em que A mantém a oposição que é condição de B.

[I, 3, 312] Porém, a permanência da oposição é, para cada produto, condição do esforço por indiferença, portanto, é mantido um esforço por indiferença por A em B e por B em C. Porém, a oposição que A deixa preservada é apenas uma única, portanto, aquela tendência em B, em C e, assim, ao infinito, é condicionada e mantida por A.

A assim determinada organização é tão somente a organização do universo no sistema gravitacional. A *gravitação* é simples, porém, sua *condição* é duplicidade. – Indiferença resulta apenas de diferença. A dualidade superada é a matéria na medida em que ela é apenas *massa*.

O ponto de indiferença *absoluto* não existe em parte alguma, mas é, por assim dizer, repartido em vários pontos *individuais*. O universo, o qual se forma do centro para a periferia, *busca* o ponto onde também os opostos mais externos da natureza são superados; a impossibilidade desta superação assegura a infinitude do universo.

Daquele produto A é transferida a oposição não-superada para um novo B; aquele se torna, deste modo, causa da dualidade e da gravitação para B. – (aquela *transferência* é o que se denomina ação por repartição, cuja teoria só fica clara a partir deste momento)¹⁷. Assim o sol, por exemplo, mantém a oposição que é condição da gravidade nos corpos celestes secundários, por que ele, até onde alcança sua esfera de ação, é apenas indiferença *relativa*¹⁸.

[I, 3, 313] A indiferença é superada a cada momento e, a cada momento, restabelecida. Eis porque a gravidade age nos corpos tanto em repouso quanto em movimento. – O restabelecimento geral da dualidade e a nova superação a cada momento podem [pois] se manifestar apenas como *nisus* em relação a um terceiro elemento; este terceiro elemento [portanto, o

17 É que repartição sempre só ocorre lá onde a oposição foi superada em um produto não de modo absoluto, mas apenas *relativo*.

18 O esforço por indiferença prepondera sobre a oposição em função da maior ou menor distância do corpo que exerce a repartição (como, por exemplo, a ação via repartição que um corpo magnético ou elétrico exerce sobre outro a partir de certa distância e se manifesta como superada). A diversidade desta distância é fundamento da diversidade dos corpos celestes em um único sistema, enquanto, pois, uma parte da matéria se submete à indiferença em vez da restante. Posto que, portanto, a condição de todo produto é diferença, então esta tem, enquanto fonte de toda existência, de surgir novamente em cada momento, porém, ao mesmo tempo, como superada [p. 313]. Através deste renascer e reviver constantes se dá a criação, em cada momento, de algo novo.

simples zero] é abstraído da tendência, é o nada [= 0], portanto, simplesmente *ideal* (que designa apenas a direção) – um *ponto*¹⁹. A gravidade [o ponto de gravidade] é para cada ponto em sua plenitude apenas a mesma [pois se trata de uma única oposição], da mesma forma que também o ponto de indiferença relativo é apenas o mesmo. O ponto de indiferença do corpo *singular* designa apenas a linha diretiva de sua tendência em relação ao ponto de indiferença universal; daí que aquele ponto pode ser considerado como o único no qual a gravidade atua; assim como aquilo somente através do qual os corpos ganham existência para nós é apenas aquela tendência dirigida para fora²⁰.

A queda vertical em direção a este ponto não é um movimento simples, mas um movimento *composto* e é de causar admiração que não se tenha verificado isto antes²¹.

A gravidade não é proporcional à massa (pois o que é esta massa senão um *abstractum* da gravidade específica o qual vós substantivastes?), mas pelo contrário, a massa de um corpo é apenas expressão do momento com que a oposição se supera nele.

[I, 3, 314] d) Pelo exposto até o momento, a construção da matéria está no geral completa, não, porém, a da diferença específica da matéria.

O que toda matéria tem *em comum* de B, C etc., em relação a A é a diferença não-superada por A, diferença que se exprime novamente em B e C apenas *em parte* – portanto, também a gravidade mediada por aquela diferença.

O que *diferencia*, portanto, B e C de A é a diferença não-superada por A, a qual se torna condição da gravidade para B e C. Do mesmo modo, o que diferencia C de B (caso C seja um B do produto subalterno) é a diferença não-superada por B, a qual é transferida novamente para C. A força gravitacional não é, portanto, a mesma para o corpo celestial superior

19 É justamente para zero que a natureza constantemente se esforça por retornar e para ele retornaria se a oposição fosse alguma vez superada. Imaginemos o estado originário da natureza = 0 (ausência de realidade). O zero pode, então, ser pensado, na verdade, como se dividindo em $1 - 1$ (pois isto = 0); suponhamos, porém, que esta divisão não seja infinita (como na série infinita $1 - 1 + 1 - 1...$), então a natureza pairará, por assim dizer, constantemente entre o zero e a unidade – e isto é justamente seu estado.

20 *Baaler*: Sobre o quadrado pitagórico, 1798. (Observação do original).

21 Com exceção do inteligente autor de uma crítica de meu trabalho *Alma do Mundo, na Würzb. gel. Anz.*, que é a única que eu conheço até o momento sobre este trabalho.

e o corpo celestial subalterno e há tanta diversidade nas forças centrípetas da atração quanto em suas condições (Cf. Projeto, p. 119 [acima p. 112]).

De que modo nos produtos A, B, C – os quais, na medida em que são opostos *uns aos outros*, representam absolutamente produtos *homogêneos* [dado que a oposição é a mesma para o *produto inteiro*] – é possível novamente uma diferença entre produtos singulares, se explica pelo fato de que uma relação diferente dos fatores é possível na *superação*, de tal modo que, por exemplo, em X o fator positivo tem preponderância, em y o tem o fator negativo (o que torna um corpo eletricamente positivo, o outro eletricamente negativo. – Toda diferença é apenas diferença da eletricidade)²².

e) Que a identidade da matéria não seria *absoluta*, mas apenas *indiferença* é demonstrável apenas a partir da possibilidade de uma nova *superação* da identidade e dos fenômenos que a acompanham²³. Podemos compreender aquela nova *superação* e os fenômenos que dela resultam, para ser breve, sob a expressão *processo* [I, 3, 315] *dinâmico*, em que, como se percebe, permanece ainda totalmente indeciso se algo do tipo seria real e universal.

São dados, agora, em particular, tantos níveis do processo dinâmico quantos níveis da transição da diferença para a indiferença existam.

à) O primeiro nível seria caracterizado pelos objetos *nos quais o restabelecimento e a nova superação do objeto é ainda, a cada momento, objeto da percepção.*

O produto inteiro é reproduzido novamente a cada momento²⁴, ou seja, a oposição que se supera nele surge a cada instante outra vez, porém, este novo surgimento da diferença se perde imediatamente na gravidade *universal*²⁵; este novo surgimento pode, portanto, ser percebido apenas nos objetos *singulares* que parecem gravitar *entre si*, ou seja, quando – se para um

22 Com isto, é pressuposto que o que nós denominamos de qualidade dos corpos e o que nós estamos acostumados a ver como algo homogêneo e como fundamento de toda homogeneidade, é, verdadeiramente, apenas expressão de uma diferença superada.

23 A última parte desta proposição consta no manuscrito. Esta construção da qualidade teria de ser, pois, possível de ser comprovada na experiência via nova *superação* da identidade e dos fenômenos que a acompanham.

24 Cada corpo tem de ser pensado como reproduzido a cada momento, portanto, também cada produto em sua plenitude.

25 O *universal*, porém, não é jamais percebido, justamente porque ele é universal.

fator da oposição é oferecido seu oposto (em outro) – *ambos os fatores se tornam graves um em relação ao outro* e onde, portanto, a gravidade universal não é superada, mas ocorre uma gravidade especial *em seu interior*. Estes dois produtos são a Terra e a agulha magnética em relação mútua, em que, nesta última, é diferenciada a constante e nova superação da indiferença sob efeito da gravitação na direção dos polos²⁶, o recair constante na identidade²⁷ sob efeito da gravitação na direção do ponto da indiferença universal. Aqui, portanto, não o é *objeto* mesmo que se torna objeto, mas o vir-a-ser de sua reprodução²⁸.

[I, 3, 316] â) No primeiro nível se manifesta, por sua vez, a duplicidade da identidade do produto; no segundo nível, a própria oposição se separará e se repartirá em corpos (A e B) diferentes. Posto que um fator da oposição em A e outro em B adquirem uma preponderância *relativa*, surgirá, de acordo com a mesma lei desenvolvida em á, uma *gravitação recíproca* dos fatores e, com isso, uma nova indiferença, a qual ganhará repulsão²⁹ se o equilíbrio relativo foi reproduzido em cada um. (variação de atração e repulsão, *segundo* nível, no qual a matéria é distinguida) – *Eletricidade*.

ã) Um dos fatores do produto teve, no segundo nível, apenas uma preponderância *relativa*³⁰; no *terceiro* nível, ele alcança uma preponderância *absoluta* – a oposição originária é representada pelos dois corpos A e B novamente de modo perfeito – a matéria retornará *ao primeiro nível* do devir.

26 De modo que fica precisamente comprovado o que foi dito acima, a saber, que a queda na direção do ponto médio é um movimento composto.

27 A superação sem distinção dos movimentos opostos.

28 Ou o objeto é distinguido no primeiro nível do devir ou da transição da diferença para a indiferença. Os fenômenos do magnetismo servem justamente por assim dizer para nos motivar a assumirmos o ponto de vista que ultrapassa o plano do simples produto, o que é necessário para se construir o mesmo.

29 Segue-se a ação oposta – uma atração *negativa*, ou seja, repulsão. – Repulsão e atração se comportam como grandezas positivas e negativas. Repulsão é apenas atração negativa, atração apenas repulsão negativa: portanto, assim que o máximo da atração é alcançado, ela transita para o seu oposto, para a repulsão.

30 Caso se caracterize os fatores por eletricidade positiva e eletricidade negativa, tem-se, no segundo nível, uma preponderância relativa da eletricidade positiva sobre a negativa.

No *primeiro nível*, há ainda *diferença pura*, sem substrato [pois, somente dela surgiu um substrato]; no segundo nível, há os fatores *simples* de dois *produtos*, os quais estão opostos entre si; no terceiro nível, há os *próprios produtos*, os quais estão opostos entre si; aqui a diferença está na *terceira potência*.

Se dois *produtos* estão absolutamente opostos entre si³¹, então a indiferença da *gravidade* (somente graças à qual o produto *existe*) tem de ser superada em cada um em particular e ambos têm de gravitar um em relação ao outro³². No segundo nível, havia apenas um [I, 3, 317] gravitar mútuo dos *fatores* – aqui se trata de um gravitar dos produtos³³. Este processo, portanto, afeta primeiramente o *indiferente* do *produto*, ou seja, os próprios produtos se dissolvem.

Onde há igual diferença há também igual indiferença; a diferença dos *produtos* pode, portanto, também acabar apenas com uma *indiferença* dos *produtos*. (Toda indiferença deduzida até o momento foi apenas indiferença de fatores destituídos de substratos ou pelo menos simples. – aqui se trata de uma indiferença dos produtos). Aquele esforço não cessará antes que haja concretamente um produto comum. Enquanto se forma, o produto atravessa de ambos os lados todos os elos intermediários [por exemplo, todos os níveis intermediários da gravidade específica] até encontrar o ponto no qual ele está sujeito à indiferença e é fixado.

Observação geral

Em virtude da primeira construção, o produto é posto enquanto identidade; esta identidade se dissolve, na verdade, por sua vez, em uma oposição que não é mais, porém, uma oposição aderida a *produtos*, mas uma oposição na própria *produtividade*. O produto, portanto, *enquanto* produto

31 Caso os fatores singulares de dois produtos não sejam mais opostos um em relação ao outro, mas os produtos inteiros de modo absoluto.

32 Pois produto é algo no qual a oposição se supera, porém, ela supera a si mesma apenas através da indiferença da gravidade. Portanto, onde dois produtos foram opostos um ao outro [p. 317], a indiferença tem de ser superada de modo absoluto em cada produto particular e os produtos inteiros têm de gravitar um em relação ao outro.

33 O *produto inteiro não* é ativo no processo elétrico, mas apenas um dos fatores do produto, o qual tem preponderância relativa sobre o outro. No processo químico, onde o *produto inteiro* é ativo, a indiferença do produto inteiro tem também de ser superada.

é [foi] identidade. Porém, surge também, na esfera dos produtos, duplicidade no segundo nível e somente no terceiro a duplicidade dos *produtos* se torna também novamente *identidade* dos mesmos³⁴. Ocorre também aqui, portanto, um progresso de tese para antítese e daí para síntese. A última síntese da [I, 3, 318] matéria – se conclui no processo químico; caso ela deva ainda ser composta ulteriormente, então este círculo tem também de se abrir novamente.

Temos de deixar a critério do nosso próprio leitor avaliar para quais conclusões levam os princípios apresentados aqui e que conexão geral se produziria através delas nos fenômenos da natureza. Todavia, para se fornecer uma prova, então, caso o vínculo da gravidade se dissolva no processo químico, o fenômeno da *luz* (que acompanha o processo químico em sua mais completa perfeição enquanto processo de combustão) é um fenômeno especial que continua a comprovar o que foi dito no Projeto, p. 146 (acima p. 136): “A ação da luz tem de estar em oculta conexão com a ação da gravidade que exercita os corpos centrais”. Aquela indiferença da gravidade não é, então, dissolvida a cada momento, já que a gravidade, enquanto sempre ativa, pressupõe uma constante superação da indiferença? O sol provoca, assim, através de uma distribuição exercida sobre a Terra, uma dissolução geral da matéria na oposição originária (e daí a gravidade). Aquela *superação* geral da *indiferença* é o que se manifesta para nós (vivos) como *luz*; portanto, *onde* aquela indiferença se dissolve (no processo químico) *é lá* que a luz tem de se manifestar *para nós*. Pelo exposto, existe *uma* oposição que se dissipa a partir do magnetismo, passa pela eletricidade e, finalmente, alcança os fenômenos químicos³⁵. É que no processo químico

34 Portanto, nós temos o seguinte esquema do processo dinâmico:

Primeiro nível: unidade do produto – magnetismo.

Segundo nível: duplicidade dos produtos – eletricidade.

Terceiro nível: unidade dos *produtos* – processo químico.

35 As conclusões que se pode tirar desta construção dos fenômenos dinâmicos já foram, em parte, antecipadas pelo exposto anteriormente. O seguinte serve para um melhor esclarecimento.

O processo químico, por exemplo, é, em sua mais completa perfeição, processo de combustão. Ora, eu já mostrei em outra oportunidade que o estado de luz dos corpos em combustão não é mais que o máximo de seu estado positivamente elétrico. Pois é sempre o estado elétrico positivo que é também o estado de combustão. Não deveria, então, esta

[I, 3, 319] o *produto inteiro* se torna + E ou – E (o corpo eletricamente *positivo* é, em meio aos absolutamente não-combustados, sempre também o *mais sujeito a combustão*³⁶; por outro lado, o *absolutamente não-combustível* é causa de toda constituição *eletricamente negativa*) e caso seja oportunamente permitido inverter as coisas, o que são, então, os próprios corpos senão eletricidade condensada (entravada)? No processo químico, o corpo inteiro se dissolve em + E ou – E. A luz é, em todo lugar, fenômeno do fator *positivo* em oposição originária; onde, em virtude disto, a oposição é produzida, existe *luz* para nós, porque afinal apenas o fator positivo é intuído e o negativo apenas sentido. Torna-se, assim, compreensível a conexão entre a variação cotidiana e anual da agulha magnética e a luz – e isto caso a oposição se dissolva em cada processo químico –, de tal modo que a *luz* seja causa e início de todo processo químico?³⁷

coexistência do fenômeno da luz com o processo químico em sua mais completa perfeição, nos dar uma explicação sobre o fundamento de *todo* fenômeno da luz na natureza?

O que se passa, pois, no processo químico? Dois produtos inteiros gravitam um em relação ao outro. A *indiferença* dos *produtos individuais* é superada, portanto, de *modo absoluto*. Esta superação absoluta da indiferença põe o corpo inteiro no estado de luz, assim como o parcial no processo elétrico o põe no estado parcial de luz. Portanto, a luz (que nos parece afluír do sol) será provavelmente nada mais que fenômeno da indiferença superada a cada momento. Pois dado que a gravidade jamais cessa de agir, então a sua condição – a oposição – tem também de ser considerada como surgindo novamente a cada momento. Nós teríamos, portanto, na luz, um fenômeno visível e constante da força de gravidade e seria explicado porque exatamente os corpos do sistema cósmico (os quais são a sede da gravidade) são também fonte principal da luz, bem como também explicado *em que* conexão, pois, a ação da luz se encontra com a gravidade.

Os efeitos diversos da luz nas variações da agulha magnética, na eletricidade atmosférica e na natureza orgânica seriam explicados precisamente pelo fato de que a luz é fenômeno da indiferença constantemente superada – portanto, fenômeno do processo dinâmico constantemente iniciado.

Há, portanto, uma oposição que tem domínio em todos fenômenos dinâmicos – naqueles do magnetismo, da eletricidade e da luz; por exemplo, a oposição que é condição dos fenômenos elétricos tem de já fazer parte da primeira construção da matéria. Pois todos os corpos são efetivamente elétricos.

36 Ou antes, pelo contrário, o mais sujeito à combustão é sempre também o positivamente elétrico; disto resulta claro que o corpo que entra em combustão alcançou apenas o máximo de eletricidade positiva.

37 Isto se passa também assim. O que é então o não-combustível absoluto? Sem dúvida somente aquilo com o que todo resto entra em combustão – o oxigênio. Porém, justamente este não-combustível absoluto, o oxigênio, é também princípio da eletricidade

[I, 3, 320] f) *O processo dinâmico não é nada mais que a segunda construção da matéria e há tantos níveis do referido processo quantos níveis na construção originária da matéria.*

negativa e se confirma, portanto, o que eu já disse nas *Idéias Para Uma Filosofia da Natureza* (V. I, p. 130), que o oxigênio é um princípio do tipo negativo e, portanto, por assim dizer, representante da força de atração, enquanto o floguisto, o que é o mesmo, é eletricidade positiva, representante do positivo ou da força repulsiva. Faz tempo que se discute que os fenômenos magnéticos, elétricos, químicos e finalmente os próprios fenômenos orgânicos se entrelaçam em uma grande conexão. Esta conexão tem de ser feita. Seguramente que a conexão da eletricidade com o processo de combustão permite ser ainda apresentada através de muitos experimentos. Um dos mais recentes que me é conhecido quero expor aqui. Ele se encontra no jornal de química de *Schere*. Se uma garrafa de Leyde for enchida com limalhas de ferro e reiteradamente carregada e descarregada e após passado algum tempo se retire aquele ferro e o ponha sobre um isolador, por exemplo, sobre um papel, então este começa a se aquecer, torna-se incandescente e se transforma em óxido de ferro. Este ensaio merece ser bastante repetido e investigado de modo mais exato. Ele poderia levar facilmente a novas descobertas.

Aquela grande conexão que uma Física científica tem de estabelecer se estende para toda a natureza. É necessário, portanto, que, uma vez estabelecida, jogue uma nova luz sobre a *história* da natureza inteira. Assim é claro, por exemplo, que toda geologia tem de ter como base o magnetismo da Terra. Porém, a eletricidade da Terra tem de ser determinada, por sua vez, pelo magnetismo. A conexão entre norte e sul com o magnetismo se apresenta até mesmo através de movimentos irregulares da agulha magnética. – Porém, com a eletricidade geral (a qual, da mesma forma que a gravidade e o magnetismo, tem seu ponto de indiferença) se conectam, por sua vez, o processo geral de combustão e os fenômenos vulcânicos.

Portanto, é certo que segue uma cadeia que se inicia com o magnetismo geral e desce até os fenômenos vulcânicos. Entretanto, tudo isto são tentativas individuais.

A fim de pôr aquela conexão em *completa* evidência, nos falta o fenômeno – ou o experimento – central, do qual Bacon já fez previsão – eu tenho em mente o experimento no qual todas aquelas funções da matéria, do magnetismo, da eletricidade, etc., confluem de tal modo para um único fenômeno que o *individual* pode ser distinguido, que um fenômeno não se perde imediatamente no outro, mas que cada um pode ser apresentado de modo separado; um experimento que, caso seja descoberto, tem de ser para a natureza *inteira* aquilo que o galvanismo é para a natureza orgânica. Cf. a discussão sobre a mais nova descoberta de Faredey (1832), p. 15, Obras Completas, 1ª Seção, último volume. D.H.

[I, 3, 321] Esta sentença é inversa à sentença e)³⁸. O que é percebido no produto durante o processo dinâmico se passa *fora* do mesmo com os fatores simples de toda dualidade.

O primeiro passo para uma produção originária é a limitação da produtividade pela oposição originária que, *enquanto* tal (e enquanto condição de toda construção), é distinguida apenas no *magnetismo*; o segundo nível da produção é a *alternância* entre expansão e contração, alternância que, *enquanto* tal, torna-se visível apenas na *eletricidade*; o terceiro nível é, finalmente, a transição daquela alternância para a indiferença, alternância que, enquanto tal, é reconhecida apenas nos fenômenos *químicos*.

Magnetismo, eletricidade e processo químico são as *categorias* da construção originária da natureza [da matéria] – esta nos escapa e reside para além da intuição e aquelas categorias são dela o residual, o estabelecido, o fixado – os esquemas gerais da construção da matéria³⁹.

E – para aqui concluir novamente o círculo no ponto do qual ele se iniciou – assim como o segredo da produção da *natureza orgânica inteira* reside em cada *individuum* e em sua natureza orgânica, na progressão da sensibilidade, da irritabilidade e do impulso de formação, também o segredo da produção da *natureza a partir de si mesma* (da natureza inteira)⁴⁰ reside

38 *Prova*: Todos os fenômenos dinâmicos são fenômenos da transição da diferença para a indiferença. Porém, justamente nesta transição é que a matéria é originariamente construída.

39 O autor cita esta passagem na discussão já mencionada sobre as mais novas descobertas de Faraday (p. 75 da edição original), bem como o § 56 et seq. da (igualmente escrita *antes* da descoberta da coluna voltaica) exposição geral do processo dinâmico (Periódico sobre Física especulativa, v.1, caderno 2; v.2 desta edição completa) como demonstração de sua *afirmação antecipada da unidade* (comprovada através das descobertas ulteriores) entre a oposição elétrica e a oposição química e da mesma conexão entre os fenômenos magnéticos e químicos (aliás, cf. também a observação 2 da p. 319).

40 Cada *individuum* é expressão da natureza inteira. Assim como a existência do *individuum particular* orgânico repousa sobre aquela progressão, da mesma forma a natureza orgânica inteira. A natureza orgânica conserva a abundância e a diversidade de seus produtos apenas da seguinte forma, a saber, que ela modifica constantemente a relação entre aquelas três funções. Do mesmo modo, a natureza inorgânica produz a abundância inteira de seus produtos da seguinte maneira, a saber, que ela modifica ao infinito a relação entre as três funções da matéria; pois magnetismo, eletricidade e processo químico são funções da matéria em geral e apenas na medida em que são categorias para a construção de toda matéria. O fato de que aquelas três categorias não são fenômenos de matérias individuais,

na progressão do magnetismo, da eletricidade e do processo químico e isto na forma como tal progressão pode se diferenciar no corpo individual.

[I, 3, 322] Nós estamos mais perto da solução de nossa tarefa, que é de expressar, de modo comum, a natureza orgânica e a natureza inorgânica.

A natureza inorgânica é o produto da *primeira* potência, a orgânica o produto da *segunda*⁴¹ (assim foi afirmado acima; logo ver-se-á que ela é produto de uma potência ainda mais alta); é em razão disto que a natureza orgânica aparece de modo contingente em relação à inorgânica, esta como necessária em relação àquela. A natureza inorgânica pode ter o seu início a partir de fatores *simples*, a orgânica apenas a partir de *produtos* que se tornam novamente fatores. Por isso, surgirá uma natureza inorgânica em geral como existindo desde sempre e a orgânica como *originada*.

Na natureza orgânica, não se pode chegar à indiferença pela mesma via com que se chega à natureza inorgânica, porque a vida consiste precisamente no *impedir* constante *de que se chegue à indiferença* [no coibir da transição absoluta da produtividade para o produto], processo em que se pode extrair certamente apenas um estado que é, por assim dizer, arrancado à natureza.

Através da organização, a matéria que, via processo químico, já está composta pela segunda vez, é transportada novamente para o ponto inicial da formação (o círculo descrito acima é novamente aberto); não é de se admirar que a matéria sempre de novo repelida para a formação, retorna finalmente como o produto mais bem elaborado.

[I, 3, 323] Os mesmos níveis que a produção da natureza percorre originariamente, percorre também a produção do produto orgânico, apenas com a diferença de que esta última já se inicia, pelo menos *no primeiro nível*, com produtos da potência *simples*. Da mesma forma, a produção orgânica começa com a limitação, não da produtividade *originária*, mas da *produtividade de um produto*; a formação orgânica também ocorre, tal como com a originária, através da alternância entre expansão e contração, porém, trata-se de uma alternância que não tem lugar na produtividade simples, mas na composta.

mas *funções da matéria em geral*, é o verdadeiro e mais íntimo significado da Física dinâmica, a qual se eleva, com isto, bastante acima de toda outra Física.

41 É que o produto orgânico só pode ser pensado como existindo sob a resistência de uma natureza externa.

Porém, há tudo isto no processo químico⁴² e, com ele, chega-se efetivamente à indiferença. O processo da vida tem, portanto, de ser, por sua vez, a potência mais elevada do processo químico e, caso seja o esquema básico desta duplicidade, terá de ser o esquema daquela *triplicidade* [o processo da vida será um processo da terceira potência]. Porém, o esquema da triplicidade é [efetivamente] o [esquema básico] do processo galvânico (Demonstração etc. de *Ritter*, p. 172); portanto, o processo galvânico (ou o processo da irritação) se encontra em uma potência mais alta que o processo químico; e o terceiro elemento, aquilo que falta ao último e não ao primeiro, impede que se chegue à indiferença no produto orgânico⁴³.

Dado que não é possível fazer com que a irritação chegue à indiferença no produto individual e a oposição está aí efetivamente presente (pois sempre temos em mente aquela oposição originária)⁴⁴, assim não resta nada à natureza [I, 3, 324] que a separação dos fatores em produtos *diferentes*⁴⁵. A formação do produto individual não pode ser, justamente em virtude disto, uma formação completa e o produto não pode deixar de ser produtivo⁴⁶. A contradição na natureza é a seguinte, que o produto deve ser *produtivo* (ou seja, ser produto da terceira potência) e que, *enquanto*

42 O processo químico não tem também fatores simples e destituídos de substrato; ele tem *produtos* como fatores.

43 A mesma dedução já foi fornecida no Projeto, p. 177 [acima, p. 163]. – O que seria a ação dinâmica que, de acordo com o Projeto, é também causa da irritabilidade é, agora, provavelmente bastante claro. Trata-se da *ação geral* que está condicionada em toda parte pela superação da indiferença e que tende, por fim, para a intussuscepção (indiferença dos produtos) onde ela não é impedida como acontece constantemente aí no processo da irritação (Observação do original).

44 O abismo de forças que aqui notamos se abre já com uma única pergunta: qual fundamento se poderia ter na *primeira* construção de nossa Terra que faz com que não se torne nela possível nenhuma geração de novos indivíduos do que sob a condição de potências opostas? Cf. um comentário de Kant sobre esta questão em sua Antropologia (Observação do original).

45 Ambos os fatores jamais poderiam ser *um único*, mas têm de ser separados em *produtos* diferentes – Com isso, a diferença seria permanente.

46 A indiferença da primeira e mesmo da segunda potência é alcançada no produto (por exemplo, ao ocorrer uma gênese da *massa* através da própria irritação [ou seja, a indiferença da primeira ordem] e mesmo a formação dos *produtos químicos* [ou seja, a indiferença da segunda ordem], porém, não é possível alcançar a indiferença da terceira potência, porque ela própria é um conceito contraditório (Observação do original).

produto da terceira potência, deve efetivamente transitar para a indiferença⁴⁷.

A natureza procura solucionar esta contradição da seguinte maneira, a saber, que ela faz a mediação da própria *indiferença* via *produtividade*, porém, isto ela não leva também a cabo, pois o ato da produtividade é somente a centelha de um novo processo de irritação; o produto da produtividade é uma *nova produtividade*. A produtividade do *individuum* transita certamente então para aquela nova enquanto seu produto; o *individuum* deixa de ser, portanto, produtivo mais rapidamente ou mais devagar, porém, justamente por isso, deixa de ser também produto da terceira potência e a natureza alcança, com ele, o ponto de indiferença somente após ele haver regredido à condição de um produto de segunda potência⁴⁸.

47 O produto é produtivo apenas da seguinte maneira, a saber, que ele seja produto da terceira potência. Porém, o próprio conceito de produto produtivo é contraditório. O que é produtividade não é produto e o que é produto não é produtividade. Portanto, um produto da terceira potência é um conceito contraditório. Daí se vê precisamente que estado altamente mais artificial e, por assim dizer, tirada da natureza – que existe contra a vontade desta última – é a vida.

48 As contradições de que resulta a vida e o fato de que ela seja afinal apenas um estado mais elevado de forças naturais *comuns*, revela tão somente a contradição da natureza naquilo que ela tenta alcançar através dos sexos sem poder alcançá-lo. A natureza *tem aversão* ao sexo e onde este nasce, nasce contra sua vontade. A separação entre os sexos é um destino inevitável ao qual ela, uma vez orgânica, tem de se adequar e o qual ela não pode jamais vencer. Graças àquela aversão contra a própria separação, a natureza se encontra enredada na contradição, a saber, de que ela tem de conduzir à formação cuidadosa e ao ápice da existência (o que é contra ela) [p. 325], como se tivesse empenho por isto, já que ela efetivamente exige sempre apenas retorno à identidade do gênero, o qual, porém, está preso a (jamais suprimida) duplicidade dos sexos, enquanto uma condição inevitável. Que ela forme o *individuum* apenas coagida e apenas em virtude do gênero, resulta do seguinte, que, onde ela *parece* querer conservar o *individuum* mais demoradamente (embora jamais seja este o caso) em um gênero, este se torna, pelo contrário, mais inseguro para ela, à medida que ela mantém os sexos ainda mais afastados e eles têm, por assim dizer, de fugir um do outro. A ruína do *individuum* nesta esfera da natureza é menos rapidamente visível do que lá onde os sexos estão mais próximos um do outro como se dá com a flor que murcha rapidamente, onde eles (os sexos) nascem já unidos como em uma alcova nupcial e, já em virtude disto, o *gênero* está também *assegurado*.

A natureza é o *animal mais inerte* e detesta a separação, porque esta somente a obriga à atividade; ela só é ativa para se tornar livre de tal obrigação. Os opostos têm de fugir um do outro eternamente a fim de se buscarem eternamente, e se buscarem

[I, 3, 325] Qual é, pois, o resultado de tudo isto? A condição do produto orgânico (e do inorgânico) é a dualidade. Porém, só se trata efetivamente de *produto orgânico produtivo* da seguinte maneira, *que a diferença não se torne indiferença jamais*.

É (pelo exposto), portanto, *impossível* expressar a construção do produto orgânico e inorgânico em uma forma *comum*; não sendo correta a tarefa, então a solução é também impossível. A tarefa pressupõe que o produto orgânico e o inorgânico sejam *opostos* entre si, dado que o produto orgânico é certamente (e só foi) produzido pela *potência mais elevada* do inorgânico e isto só a partir da potência superior das forças através das quais o inorgânico é também produzido. Sensibilidade é apenas a potência mais elevada do magnetismo, irritabilidade apenas a potência mais elevada da eletricidade, impulso de formação apenas a potência mais elevada do processo químico. – Porém, sensibilidade, irritabilidade e impulso de formação estão todos compreendidos apenas em um *único* processo da irritação. (O galvanismo afeta a todos)⁴⁹. Entretanto, sendo elas apenas as funções superiores do magnetismo, da eletricidade, etc., então tem também [I, 3, 326] de ser-lhes dado na natureza uma tal síntese superior⁵⁰, a qual, porém, só pode, sem dúvida, ser procurada na natureza à medida que esta seja considerada como uma totalidade *absolutamente* orgânica.

E este é, pois, também o resultado ao qual tem de conduzir toda autêntica ciência da natureza, a saber, que a diferença entre natureza orgânica e natureza inorgânica reside apenas na natureza tomada enquanto objeto e que a natureza vista como originariamente – *produtiva* paira sobre ambas⁵¹.

Uma observação permanece ainda por ser feita, não tanto em virtude de sua importância, mas para justificar o que nós formulamos acima sobre a relação de nosso sistema com aquele denominado até o momento de

eternamente para nunca mais se encontrarem; apenas *nesta* contradição reside o fundamento de toda atividade da natureza. (Observação do original).

49 Seu efeito sobre a força reprodutiva (assim como a reação de estados particulares desta força sobre os fenômenos galvânicos) é ainda muito pouco considerado, apesar de seu caráter necessário e útil. Cf. o Projeto, p. 193 [acima, p. 177]. [Observação do original]

50 Cf. acima a observação da p. 14 [aqui p. 279] (Observação do original).

51 Trata-se, portanto, da mesma natureza que produz, através das mesmas forças, os fenômenos naturais orgânicos e os fenômenos naturais gerais, só que estas forças se encontram, na natureza orgânica, em um estado mais elevado.

dinâmico. É que caso se pergunte como aquela oposição originária, superada, ou antes, fixada no produto, se expressaria sob o ponto de vista da reflexão, não se pode caracterizar melhor o obtido por uma análise do produto do que através da força de *expansão* e da força de *atração* (ou retardadora), para o que tem de se acrescentar ainda a *força de gravidade* enquanto a terceira força que, apenas graças a ela aquelas opostas se tornam o que elas são.

No entanto, esta designação vale apenas para o ponto de vista da reflexão ou da *análise* e não pode ser utilizada, de forma alguma, para a síntese e, assim, o nosso sistema termina precisamente onde começa a Física dinâmica de Kant e seus sucessores, quer dizer, na oposição tal como ela se encontra no *produto*.

E, com isto, o autor confia os princípios de uma Física especulativa às cabeças pensantes de sua época, pedindo-lhes, ao mesmo tempo, que juntem esforços em torno desta ciência que abre perspectivas de modo algum insignificantes e que supram o que lhe falta em forças, conhecimento ou referências externas.

* * *